



# RELATÓRIO DE GESTÃO

2011



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2011

PALMAS/TO  
2012

# EXPEDIENTE

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2011  
Ministério Público do Estado do Tocantins

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
**Procurador-Geral de Justiça**

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA  
**Subprocuradora-Geral de Justiça**

JOÃO RODRIGUES FILHO  
**Corregedor-Geral**

CÉLIO SOUSA ROCHA  
**Chefe de Gabinete**

## COLÉGIO DE PROCURADORES

Alcir Raineri Filho  
Angélica Barbosa da Silva  
Clenan Renaut de Melo Pereira  
Elaine Marciano Pires  
João Rodrigues Filho  
José Demóstenes de Abreu  
José Omar de Almeida Júnior  
José Maria da Silva Júnior  
Leila da Costa Vilela Magalhães  
Marco Antônio Bezerra  
Ricardo Vicente da Silva  
Vera Nilva Álvares Rocha Lira

## EQUIPE TÉCNICA

José Maria Teixeira  
**Diretor-Geral**

João Ricardo de Araújo Silva  
**Chefe do Dep. de Planejamento e  
Gestão**

João da Silva Macedo  
**Analista Ministerial - Ciências  
Econômicas**

Fáustone Bandeira Morais Bernardes  
**Auxiliar Ministerial**

Alayla Milhomem Costa Ramos  
**Chefe da Assessoria de Comunicação**

Luciana Duailibe  
**Revisão**

Bruno Fleuri  
**Designer Gráfico**

Ronaldo Mitt  
**Fotógrafo**

# APRESENTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de cúpula administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano de 2011, para o qual foram adotados procedimentos modernos na realização das ações meio e finalísticas, no levantamento de indicadores e no acompanhamento da execução dos projetos estratégicos.

As conquistas alcançadas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins no ano de 2011 trouxeram resultados expressivos para a sociedade. Este Relatório procurou não somente elencar resultados financeiros e dados da atuação, mas, além disso, detalhar os esforços empreendidos visando à garantia dos direitos dos cidadãos.

Dentre os empreendimentos que tiveram êxito em 2011, destacam-se a modernização das Promotorias de Justiça, com a construção e o aparelhamento de novas sedes, bem como o encaminhamento de um número recorde de processos ao Judiciário, 119.288, fruto do trabalho intenso de Procuradores e Promotores de Justiça em todo o Estado. Esse resultado foi acompanhado de uma diminuição do custo de cada processo do MPE, caindo de 120 reais para 80 reais.

A execução do Plano Plurianual 2008/2011 também foi avaliada de forma positiva pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, tendo suas metas principais cumpridas e, em alguns casos, superadas.

Quanto ao Plano Plurianual 2012/2015, desenvolvido no decorrer do exercício 2011, conforme novo modelo adotado pelo Governo Federal e metodologia sugerida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Modernização da Gestão Pública, além de conter a unificação dos conceitos e procedimentos definidos no Planejamento Estratégico 2010-2018 deste órgão, confirma-se como um instrumento completo e igualmente eficiente.

Os avanços apresentados neste Relatório demonstram a importância das mudanças implementadas por esta gestão. O levantamento de indicadores e inclusão de metas, o gerenciamento da execução do orçamento e das ações, a implantação de novos sistemas e de infraestrutura adequada, dentre outros, contribuíram de forma significativa para o alcance dos objetivos almejados.

Assim, temos a expectativa de que, em 2012, a atuação do Ministério Público Estadual traga mais benefícios para a sociedade e seja marcada por contínuos avanços na gestão, na infraestrutura do órgão e no trabalho incansável dos Procuradores e Promotores de Justiça.

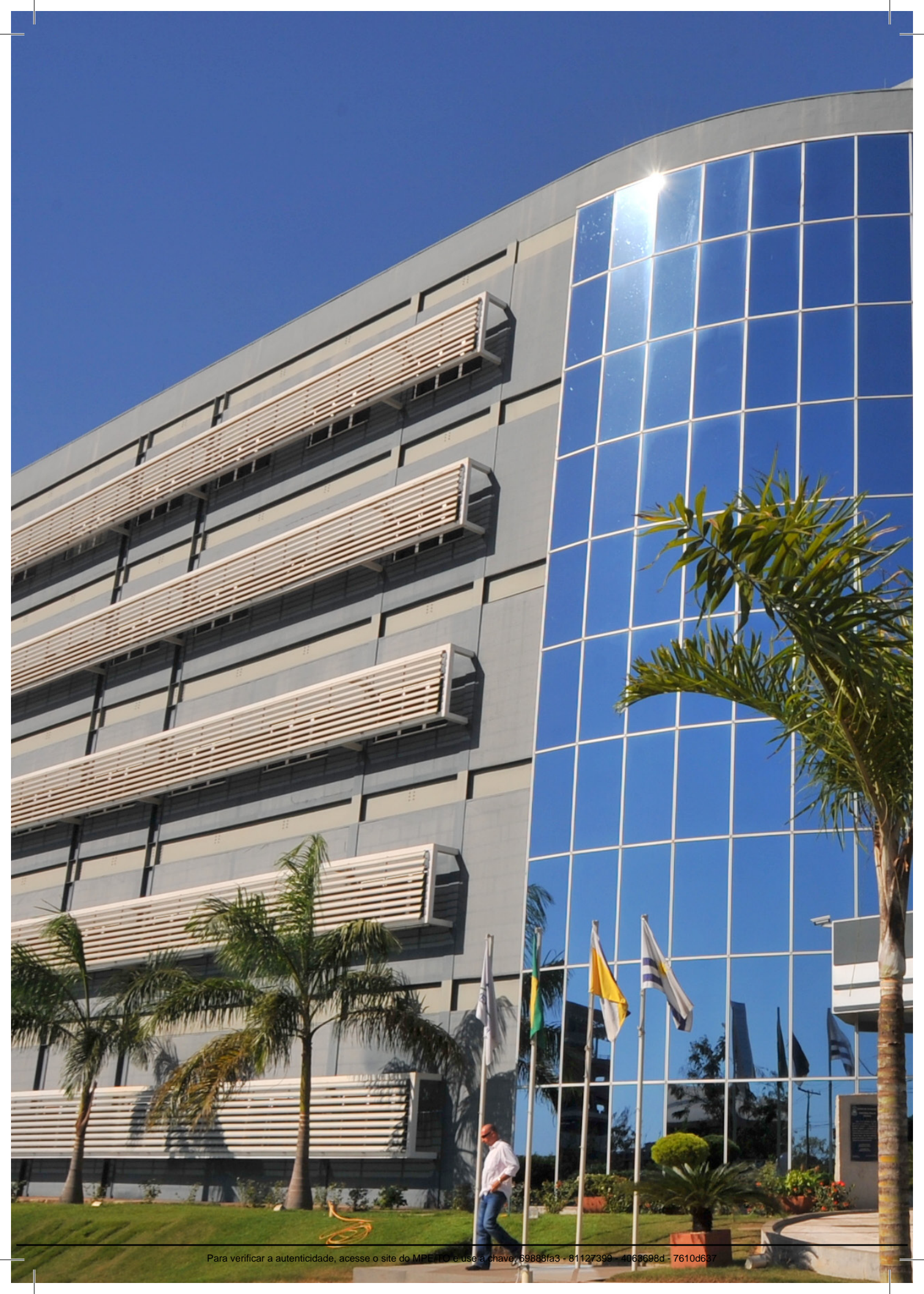


**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça



# SUMÁRIO

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO .....	10
2. DESTAQUES DO EXERCÍCIO .....	14
3. PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS .....	26
3.1 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário .....	27
3.2 Manutenção da Sala de Inteligência .....	29
3.3 Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público .....	30
3.4 Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional (Caops).....	32
3.5 Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público .....	45
3.6 Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas .....	48
4. MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	54
4.1 Renovação da frota de veículos do Ministério Público .....	55
4.2 Construção das Promotorias do Ministério Público .....	55
4.3 Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público.....	59
4.4 Concessão de direitos decorrentes de Precatórios Judiciais aos Servidores da Procuradoria- Geral de Justiça .....	59
4.5 Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública .....	60
4.6 Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público .....	60
4.7 Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação.....	61
5. APOIO ADMINISTRATIVO .....	70
5.1 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais .....	71
5.2 Manutenção dos Serviços de Transporte .....	77
5.3 Ações de Informática .....	78
5.4 Manutenção de Recursos Humanos .....	80
6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	84
7. GESPÚBLICA .....	90
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	98
ANEXOS .....	99







# Perfil da Instituição

# 1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO

## Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO

### MISSÃO

*Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.*

### VISÃO

*Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.*

### VALORES

*Confiável/ Eficaz/ Fiscal da Lei/ Popular/ Independente/ Acessível/ Humanizado/ Transparente*

## Da competência legal

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu que as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins são:

- promover, privativamente, a ação penal pública;
- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

- promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- exercer o controle externo da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

## Das atribuições

- A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou, devidamente, estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:
- Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);
- Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

## Da organização

- O ano de 2011 também foi importante no contexto da administração organizacional do Ministério Público, pois, através do Ato nº 111/2011, o Procurador-Geral de Justiça aprovou o Organograma e tornou clara a ordem hierárquica da instituição.
- Cabe ressaltar que o Organograma apresentado é fruto do Trabalho da Comissão de Revisão do Regimento Interno do MPE/TO, colocado em prática através do design gráfico da Assessoria de Comunicação.

Em anexo na última página, o organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins em vigor, construído com base na legislação vigente.



**POLÊMICA**

## Carga horária de médicos será fiscalizada pelo MPE

Força tarefa terá outros órgãos conferindo frequência de profissionais do SUS

O Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE-TO) está mobilizando órgãos como o Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública, além das promotorias de Saúde Pública e do Patrimônio, a fim de montar força tarefa para garantir o cumprimento das cargas horárias dos médicos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado. Segundo a promotora Maria Roseli de

Almeida Pery, a iniciativa foi tomada a partir da recorrência de denúncias de que parte dos médicos não estaria cumprindo a carga horária estabelecida. O presidente da Associação Médica do Tocantins (AMT), Eduino Braga, disse, na última sexta-feira, que não se pode generalizar e que o responsável por questões dessa natureza é o gestor.

# MPE aponta fraudes em licitações de prefeitura

O Ministério Público Estadual (MPE) apreendeu ontem documentos na Prefeitura de Lagoa da

**LAGOA DA CONFUSÃO**

# Operação do MPE investiga irregularidades em

MAU USO DE MÁQUINAS E FRAUDES EM LICITAÇÃO INVESTIGADO, LEÔNICIO NETO ASSUMIU A PRE

LUANA FERNANDA  
PALMAS

Após receber denúncias de quatro vereadores do município de Lagoa da Confusão sobre irregularidades na prefeitura do município, o Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Cristalândia, realizou, ontem, uma operação com apoio de forças policiais na cidade. Testemunhas foram ouvidas e documentos foram recolhidos na prefeitura, posto de combustível da cidade e no cartório de registro de imóveis.

A operação, que segundo o MPE confirmou a existência de várias irregularidades, contou com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gacoc) do MPE e da Polícia de

lizada na região sudoeste do Estado, a 220 km de Palmas e tem uma população de 9.971 habitantes.

Em janeiro, o município passou para o comando de Leônicio Neto, que era vice-prefeito até o final do ano passado, após Jaime Café, seu aliado político, renunciar ao cargo e ingressar na administração estadual Siqueira Campos (PSDB), no cargo de secretário de Agricultura e Abastecimento.

**DOCUMENTOS**

De acordo com o promotor Airton Amilcar Machado Momo, durante a operação, o MPE fez a coleta de vários documentos da prefeitura referentes à locação de veículos, fornecimento de combustível e outros serviços para apurar o emprego de irregularidades de

**COMBUSTÍVEL**

Segundo o promotor, a prefeitura gasta entre a



**FRAUDES**

Segundo Airton, a operação confirmou a existência de fraudes em licitações de veículos pela prefeitura. Ainda chegou a ocorrer a requisição de placas de veículos feitas pela prefeitura.





# Destaques do Exercício

## E aponta m prefeit

LICITAÇÃO NA LISTA  
A PREFEITURA EM J

### MBUSTÍVEL

o promotor, com combustíveis, a  
sta entre a **R\$ 80 mil** a **R\$ 90**  
mil por mês, valor  
muito superior aos  
dos outros  
municípios do  
Estado de  
tamanho  
semelhante.

### DES

ndo Airton Momo, a  
confirmou, já no final  
de ontem, que houve  
audes em alguns proce-  
licitatórios de locação  
los pela prefeitura. E  
agou à conclusão de que  
sões de combustível,  
a prefeitura, não especul-  
laca do veículo abaste-

investigaç  
tos civis p  
para apur  
des de tod  
explicou q  
tações deverão ser propost  
ações civil pública por ato de  
improbidade administrativa.  
Além disso, cópias das peças  
serão encaminhadas à Procura-  
doria Geral de Justiça para que a  
instância decida se irá iniciar  
uma ação penal contra o prefei-  
to, se assim considerar cabível.

### PREFEITURA

O **Jornal do Tocantins** tentou contato com o prefeito do município, mas as chamadas para seu celular foram direcionadas à caixa de mensagem. Após alguns minutos ele retornou à ligação e explicou que estava viajando e quando retornar lhe informaria sobre o assunto. a

## 2. DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- A execução do orçamento passou de 96,08% no ano de 2010 para 99,09% no ano de 2011, sendo que, para cálculo da execução foram excluídos R\$ 874.987,00 do orçamento da fonte 4219 – Operações de Crédito Externo, o qual não foi disponibilizado pelo Governo do Estado impossibilitando assim, sua utilização bem como os recursos da Fonte 5236 - Doações, em razão de cancelamento do contrato com o Banco Bradesco S.A.;
- Diminuição do índice de gasto com pessoal, segundo os critérios expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que passou de 1,63% da Receita Corrente Líquida em 2010 para 1,57% em 2011;
- O número de prédios próprios de Promotorias de Justiça passou de quatro para dez nos últimos três anos. Em 2011 foram inauguradas três novas sedes próprias (Tocantinópolis, Paranã e Miranorte), além de terem sido iniciadas as obras em outros dois novos prédios que vão abrigar as Promotorias de Justiça de Arraias e Taguatinga. Também foi dado início aos projetos para a construção de três novas sedes previstas para serem inauguradas em 2012;
- Em 2011, o número de processos encaminhados ao Judiciário pelo MPE-TO foi de 119.288 contrapondo com 76.768 do registrado em 2010.
- A atuação recorde dos membros do MPE-TO foi divulgada de forma ampla no portal de notícias da Instituição e para imprensa de forma geral, propiciando um espaço significativo de mídia espontânea. Em 2011, foram veiculadas na mídia televisiva 2.536 matérias e 4.412 publicadas em sites de notícias e jornais impressos;
- Aumento no número de atendimentos da Ouvidoria do Ministério Público para 664 registros em 2011, apresentando resultados em 90% da demanda recebida;
- Convênio firmado com a Caixa garante crédito imobiliário a integrantes do MPE, com condições especiais de financiamento, e taxas de juros inferior à praticada no mercado, beneficiando servidores efetivos ativos, inativos ou pensionistas do MPE. Outra vantagem para o servidor é a possibilidade de financiar até 100% do valor do imóvel, opção nem sempre disponível nas operações comumente oferecidas pela instituição financeira.
- Como parte da política de valorização profissional dos servidores foi aprovado pelo Colégio de Procuradores a concessão de auxílio-creche aos servidores que têm filhos ou dependentes menores de seis anos. O benefício destinado ao custeio com creche, pré-escola ou com o pagamento de profissional para cuidar da criança, é no valor de R\$ 250,00 por cada criança.
- O MPE-TO foi convidado para assumir a ancoragem do Gespública no estado e, no âmbito da execução do projeto alcançou pontuação de destaque.
- A execução do planejamento estratégico segue acelerada e o MPE-TO se destaca com o cumprimento acima do estimado das metas e projetos estratégicos.

- Contratação de empresa para a elaboração do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) para os servidores do MPE-TO;
- Realização, por meio dos serviços de consultoria, do Mapeamento de todos os processos do Ministério Público;
- Implantação do E-Proc, sistema de transmissão eletrônica de processos judiciais, bem como, a regulamentação da implantação das tabelas unificadas processuais;
- Em outubro, foi firmada uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins para dar acesso ao MPE-TO, de forma eletrônica, aos dados pessoais atualizados dos prefeitos, presidentes de câmaras, responsáveis por licitações e controle interno prestados ao TCE por meio do Cadastro de Responsáveis por Unidade Gestora (CARDUG), as informações eram repassadas por meio de ofício.

## Ministério Público é Notícia

### Janeiro

- MPE homenageia primeiros Promotores de Justiça do Tocantins
- PGJ do TO participa de reunião ordinária do CNPG
- SubProcuradora-Geral de Justiça prestigia posse de Defensor Geral
- MPE discute comercialização de gás de cozinha no Estado
- Procurador-Geral de Justiça nomeia nova SubProcuradora-Geral de Justiça
- MPE recebe novos Promotores

### FEVEREIRO

- MPE realiza reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas da região Norte e Nordeste
- Relações institucionais e o intercâmbio de boas práticas marcam 2º dia de reunião do CNPG
- MPE participa de reunião do Programa Gás Legal
- MPE e Secretaria de Segurança Pública do TO firmam termo de cooperação técnica
- Procurador-Geral de Justiça se reúne com Secretário de Segurança para discutir sistema prisional
- Procurador-Geral de Justiça é homenageado durante formatura do curso de Direito
- Projeto Padaria nas Unidades Prisionais é apresentado ao MP de Porto Nacional
- MPE combate venda clandestina de gás de cozinha
- Clenan Renaut prestigia posse do Presidente do Tribunal de Contas
- PGJ prestigia posse de nova presidente do TJTO

## MARÇO

- PGJ recomenda aos servidores participação em curso de aprendizagem virtual
- Cesaf oferece inscrições para Mestrado e Doutorado na Europa
- MPE recomenda à Secretaria de Administração prorrogação do Plansaúde
- PGJ anuncia fim da greve de fome de presos da CPP
- Membros do MPE-TO, colaboram com a construção do Planejamento Estratégico do MP
- PGJ, membros do TJ, da Corregedoria de Justiça e Secretário de Segurança discutem situação da CCP
- Estado tem 15 dias para instalar Casa de Albergado, determinação partiu do MPE, TJ e Defensoria Pública
- Fórum Estadual de Controle conta com participação do MPE
- Capitão Potiguara, Almirante Júlio Saboya e Vice-Almirante Walter Carrara, todos da Esquadra, visitam o PGJ
- Ignorar requisições do MP caracteriza improbidade
- MPE realiza oficina de combate à corrupção, Palestrante Reuder fará explanação no evento
- Eleição para indicação de Membro do CNJ e CNMP
- Procurador recebe visita de revendedores de gás de cozinha
- Cesaf abre inscrição para curso de Aprendizagem Virtual
- Palestras e humor nas Comemorações do Dia Internacional da Mulher no MPE
- Abertas inscrições para Oficina de Combate à Improbidade Administrativa
- Processo eletrônico é tema de capacitação do MPE, em Palmas, cerca de 60 integrantes do MPE participam da capacitação

## ABRIL

- Correições já foram realizadas em dez municípios do Estado
- Correições em Palmas têm início nesta terça, 03
- Iniciada Formação da Brigada de Incêndio da PGJ
- MPE pede prisão preventiva de cinco prefeitos e denuncia 46 pessoas
- Ministério Público recebe visita de integrantes da Delegacia de Investigações Criminais
- MPE integra Comitê Gestor do Desarmamento Voluntário
- MPE faz balanço de força-tarefa que combateu venda clandestina de gás em Palmas, mais de 80 estabelecimentos foram vistoriados
- PGJ participa da escolha dos novos conselheiros do CNMP
- Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde inscreve até dia 27



- PGJ prestigia despedida do conselheiro do TCE José Jamil
- PGJ realiza vistoria nas obras do Centro Penal de Palmas
- MP e governo federal intensificam combate à violência contra a mulher
- PGJ visita 2º Batalhão da Polícia Militar em Araguaína e fala sobre combate à criminalidade
- MPE retoma atividades do Projeto de Educação Ambiental, Caoma discute Projeto com parceiros
- MPE acompanhará investigações do caso “Everaldo”
- Força-Tarefa apreende mais de 1,5 t de produtos irregulares

## MAIO

- Vencer o vício do cigarro é possível! - Servidores passam por testes ergométricos e avaliações físicas
- MPE realiza programação no Dia Mundial de Combate ao Tabagismo
- MPE denuncia Prefeito de Cristalândia, se for condenado, o Prefeito pode pegar até 14 anos de cadeia
- Membros do MPE podem se inscrever em ciclo de estudos da ESMAT
- Prefeito de Lavandeira é afastado a pedido do MPE, Procurador-Geral de Justiça denunciou outros quatro gestores
- Justiça afasta prefeito de Aurora a pedido do MPE
- Suspensos concursos para Remoção e Promoção de membros, suspensão vai até o término dos trabalhos da Meta 2
- PGJ participa da comemoração do 11º aniversário da Capitania dos Portos Araguaia-Tocantins
- Tabelas Unificadas estão disponíveis
- Registros na Ouvidoria do MPE aumentam 75%, Ouvidor diz que instalação de Ouvidoria foi uma decisão acertada
- Servidores do MPE terão subsídios reajustados em 7%
- Comitê Gestor de Tabelas Processuais Unificadas é criado no MPE
- Postos de combustível de Palmas são fiscalizados pelo MPE
- MPE apreende duas toneladas de alimentos em Colmeia, na Força - Tarefa Pró Consumidor
- Mediação e Conciliação são temas de Oficina no MPE-TO
- MPE prorroga concurso público de 2010, concurso terá validade de mais um ano
- Comissão discute atuação dos MPEs nos Tribunais Superiores
- Prorrogado prazo para II Diagnóstico do Ministério Público
- Último prazo para conclusão de inquéritos de homicídios
- Procurador-Geral prestigia homenagem ao ministro Hamilton Carvalhido com ministros do STJ e Procuradores Gerais de Justiça

- Acordo de cooperação entre MPE e Ministério do Desenvolvimento amplia fiscalização de Programas Sociais no Tocantins
- Integrantes do MPE participam de workshop sobre tabelas unificadas
- Segunda turma de brigadistas do MPE conclui curso nesta quinta, 5
- Frigoríficos estaduais firmam Acordo com o MPE
- Matrículas no curso de Aprendizagem Virtual terminam no próximo dia 9
- Corregedoria dá início aos trabalhos de correição na capital
- MPE abre inscrições para oficina sobre Mediação e Conciliação

## JUNHO

- Secretaria de Segurança tem 24 h para enviar documentos ao MPE
- MPE participa de audiência pública sobre sistema prisional, Marco Antônio sugeriu a construção de um presídio de segurança máxima
- Setor de Saúde realiza vacinação contra gripe
- Operação Pró-Consumidor apreende três toneladas de produtos em Natividade
- PGJ vai intermediar solicitações dos moradores do setor Taquari, em Palmas
- MPE estudará legalidade de terceirização da saúde
- MPE recebe certificado da Associação Amigos do Bem
- Cesaf promove oficina sobre infância e juventude
- Abertas inscrições para palestra sobre “Reforma de Prisões”, curso é promovido pelo Cesaf
- Aprovada resolução sobre exercício do magistério por membro do MP
- Encontro discute atuação do MP junto ao sistema prisional
- MPE revela nome de membro citado em inquérito policial, PGJ diz que indícios de envolvimento de membro são frágeis
- Abertas inscrições para Seminário sobre Direito da Família
- MPE dá prazo a revendedoras de gás irregulares em Porto Nacional
- Assinado Termo de Cooperação entre MPE e órgãos ambientais para prevenção a queimadas
- II Diagnóstico do MP: prazo prorrogado até 30 de junho
- MPE denuncia criminalmente 15 prefeitos ao Tribunal de Justiça
- Carta de Brasília: controle externo da atividade policial garante direitos humanos
- Instituído Grupo de Combate ao Crime Organizado no MPE, Projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa na terça-feira, 31 de maio
- A pedido do MPE, Justiça decreta prisão do Prefeito de Piraquê

- Promotores de Justiça têm uma das melhores avaliações
- Proposta de resolução cria o cadastro de membros do MP

## JULHO

- Membros que acumularem função de docência devem seguir normas do CNMP
- Justiça acata pedido do MPE em relação a saúde no Tocantins: “Saúde é dever do Estado”, diz juíza em decisão
- Ministério Público conclui análise do Inquérito Militar sobre caso Everaldo, Promotora de Justiça conclui que houve homicídio doloso
- A maioria dos estabelecimentos que vendem gás estão irregulares, declara MPE
- Cesaf inscreve para o curso “Ética e Serviço Público”
- 4º Fórum Virtual Nacional do Ministério Público
- Indicados ao CNMP são nomeados
- MPE decreta luto oficial pela morte de Promotor de Justiça, Pedro Moreira de Melo será velado em Santa Terezinha (GO)
- Promotor de Justiça retorna ao Estado após nove meses afastado para tratamento médico, Glaydon foi recebido pelo Chefe de Gabinete, Célio Sousa Rocha
- CNPG lança campanha de combate às drogas no País
- Prorrogado prazo para elaboração do II Diagnóstico do MP
- MPE pede anulação de Ato que declarou calamidade na saúde, para Procuradoria não existe situação de calamidade
- Procurador-Geral de Justiça cumpre agenda em Brasília em Reunião do CNPG
- Bancos terão 12 meses para começar a cumprir o TAC assinado entre MPE e Febraban, TAC Acessibilidade já foi celebrado nos Estados de São Paulo e Minas Gerais

## AGOSTO

- MPE pede agilidade no julgamento de recurso contra terceirização, demora no julgamento pode acarretar prejuízos aos cofres públicos
- PGJ prestigia abertura do 1º Congresso Estadual sobre Drogas
- Pré-inscritos no curso “Ética e Serviço Público” devem efetivar inscrições
- Resposta ao texto “Os ardores republicanos do MP”
- PGJ recebe visita de vice-governador
- Elevado número de óbitos maternos leva MPE a instaurar procedimento, foram 29 mortes nos últimos dois anos
- Cláudio Barros Silva, Conselheiro Nacional do Ministério Público abre IX Ciclo de Estudos Jurídicos

- Carros movidos a GLP devem ser apreendidos, recomenda MPE, Procurador José Omar entrega recomendação ao diretor do Detran
- PGJ recebe Corregedora Nacional de Justiça
- MPE protocola procedimentos contra nove prefeitos
- Intranet do MPE ganha nova roupagem, canal de comunicação já está no ar
- MPE estende prazo do TAC e dá mais 145 dias para frigoríficos se adequarem
- Censo Previdenciário 2011 começa nesta segunda-feira
- PGJ do TO prestigiará posse do Conselho Nacional do MP
- Cesaf divulga programação do IX Ciclo de Estudos Jurídicos
- Tocantinópolis: MPE inaugura sede de Promotorias nesta sexta
- Plenário do Senado aprova recondução de Roberto Gurgel
- Caop do Consumidor discute agenda de ações para o segundo semestre
- A pedido do MPE, prefeito de Piraquê é preso, gestor estava foragido desde 31 de maio deste ano
- PGJ protocola recurso contra decisão da Presidente do TJ

## SETEMBRO

- Reunião discute acompanhamento de processos nos Tribunais Superiores
- Revista Jurídica: prorrogado o prazo para inscrição de artigos
- MPE oferece denúncia contra prefeito de Carmolândia
- MPE e Faculdade Católica do TO assinam termo de cooperação técnica
- MPE e Defensoria Pública finalizam documento com propostas para implementação de políticas para tratamento de viciados em drogas
- MPE e ANP discutem venda irregular de GLP no TO
- Prorrogado prazo para cadastramento do Censo Previdenciário
- MPE sedia reunião regional da ANP, encontro acontece no próximo dia 20
- Enap disponibiliza senhas para o curso Ética e Serviço Público
- MPE e MPF designam audiência pública para discutir fauna
- TJ acata parecer do MPE e mantém prefeito de Piraquê preso
- PGJ pede afastamento de Prefeito de Ponte Alta por crime contra a administração pública
- Audiência Pública debate atenção aos usuários de drogas e reinserção social
- Unificação das tabelas dos Ministérios Públicos Nacionais
- PGJ alerta para cadastramento do Censo Previdenciário

## OUTUBRO

- Prefeito de Gurupi é denunciado por manter servidor fantasma, suposto servidor foi nomeado em março de 2010
- José Maria foi empossado como Procurador de Justiça do MPE
- Seminário discutirá direitos de crianças e adolescentes
- José Maria da Silva Júnior é eleito Procurador de Justiça do MPE e assume a vaga deixada por César Zaratín
- MPE protocola novas denúncias contra o Prefeito de Piraquê, Olavo Júlio Macedo é acusado de fraudar licitações
- PGJ prestigia posse do novo Superintendente da PF
- Seminário discutiu propostas para a execução penal, sistema Começar de Novo é a nova proposta para execuções penais
- MPE discute criação do Fórum de Combate à Corrupção, Focco reúne diversos órgãos em âmbito estadual e nacional
- Assinatura de Termo com Tribunal de Contas facilitará atuação do MPE
- MPE denuncia novamente Prefeito de Aurora do Tocantins, irregularidades na Prestação de Contas
- Secretário cumpre prazo do MPE e fornece medicamento a criança
- “Novas perspectivas para a Execução Criminal” em debate no MPE
- Sob pena de prisão, MPE dá 72 horas para que Secretário Estadual de Saúde cumpra decisão judicial
- José Omar é reconduzido ao cargo de Ouvidor Geral, demanda da Ouvidoria aumentou 500%

## NOVEMBRO

- A pedido do MPE, Justiça afasta prefeito de Barrolândia
- MPE dá início à fiscalização nos açougues da capital
- Crianças que vivem em abrigos ganham passeio pelo shopping, ação é uma parceria de várias instituições e iniciativa privada
- MPE e ANP desencadeiam operação, 124 botijões foram apreendidos no primeiro dia
- MPE realiza operação de fiscalização nos açougues da capital, pelo menos 130 estabelecimentos serão fiscalizados
- Irregularidades de um milhão de reais em abastecimento
- Seminário Jurídico inscreve até quarta-feira, 23, 30 vagas foram disponibilizadas para integrantes do MPE
- Procurador-Geral de Justiça prestigia comemorações no MPF
- Criado Fórum de Combate à Corrupção no Tocantins, o Focco reúne órgãos de controle e fiscalização de recursos públicos
- Autoridade da área da infância e juventude visita o MPE

- MPE e Comando da PM discutem atividade policial, reunião foi coordenada pelo Promotor José Eduardo Sampaio
- MPE denuncia e Justiça afasta novamente prefeito de Carmolândia, João Holanda ficou preso por mais de um mês
- A redução da mortalidade infantil está entre os objetivos do milênio
- PGJ expõe sobre situação infanto-juvenil no Estado com levantamento de mortes fetais e neonatais no TO

## DEZEMBRO

- Frigoríficos pedem prorrogação de prazo para cumprimento de TAC
- MPE encerra campanha de Natal com 400 cartinhas adotadas
- MPE mantém plantão durante recesso
- A falta de legislação sanitária municipal impede a atuação dos agentes
- MPE pede urgência na elaboração e aprovação de Código Sanitário
- Comissão Técnica poderá auxiliar MPE em demandas da saúde
- Auto de Natal emociona integrantes do MPE
- MPE divulga Geografia da Corrupção no Tocantins, 61 Prefeitos estão sendo processados
- Denúncia do MPE afasta Prefeito de Lizarda, a dilapidação do patrimônio público passou de R\$ 2 milhões
- Promotoria de Justiça Novo Acordo é arrombada
- Dia Mundial de Combate à Corrupção: Órgãos cobram Transparência
- Evento de combate à corrupção será realizado em Palmas, esta é a primeira atividade do FOCOO
- MPE cobra criação de Código Sanitário em Palmas
- MPE apreende documentos na prefeitura de Lagoa da Confusão
- PGJ recebe membros da Associação dos Policiais Civis, Membros da Aspol entregam documento sobre presídios ao PGJ
- Prejuízos de mais de R\$ 2 milhões no patrimônio de Lizarda levam MPE a denunciar Prefeito
- Prefeito de Dois Irmãos é denunciado pelo MPE, denúncia aponta dispensa indevida de de licitação
- Começam os trabalhos de correições nas Procuradorias de Justiça
- 95 contratos sem licitação levam MPE a denunciar prefeito de Tocantínia - O prejuízo ao patrimônio público chega a R\$ 366.964,67









# Proteção dos Direitos Sociais e Individuais

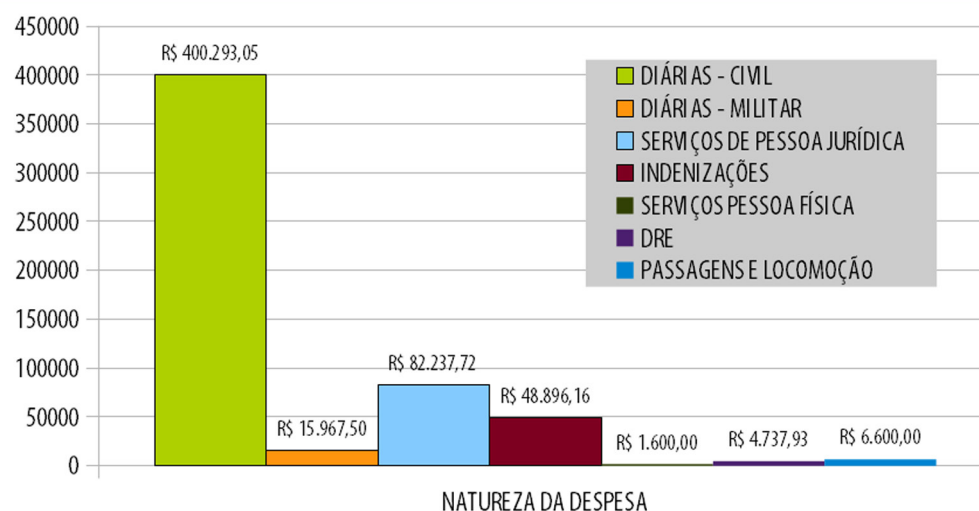
### 3. PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

*Objetivo:* Este Programa refere-se as ações finalísticas do MPE-TO que sofreram um grande impacto no ano de 2011, experimentando um salto de 42.520 processos a mais que em 2010. Seu objetivo é promover a celeridade na proteção efetiva da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

*Público-alvo:* Sociedade tocantinense

#### Execução dos Recursos do Programa

Ação	Dotação autorizada	Empenhado	Liquidado
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	R\$ 339.500,00	R\$ 289.096,76	R\$ 272.364,50
Manutenção da Sala de Inteligência	R\$ 74.999,00	R\$ 71.638,35	R\$ 62.569,69
Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público	R\$ 28.000,00	R\$ 21.231,44	R\$ 21.231,44
Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional (Caops)	R\$ 340.775,00	R\$ 102.685,73	R\$ 102.685,73
Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público	R\$ 99.000,00	R\$ 86.708,59	R\$ 86.271,49
Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas	R\$ 38.000,00	R\$ 30.093,60	R\$ 30.002,23
<b>TOTAL DE RECURSOS DO PROGRAMA</b>	<b>R\$ 920.274,00</b>	<b>R\$ 601.454,47</b>	<b>R\$ 575.125,08</b>



## 3.1 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário

A presente Ação mostrou uma evolução bastante significativa no que diz respeito à atuação no MPE-TO na área finalística. Em 2011, o número de processos atuados pela Instituição foi de 119.288 contrapondo com 76.768 do registrado em 2010.

Os números são incontestáveis, e, conforme dito anteriormente, representam um recorde de atuação do MPE-TO e provocaram enorme repercussão na imprensa local, principalmente, pelo empenho nas ações de combate à corrupção e ao crime organizado. Algumas ações foram relacionadas por área de destaque:

### Destaques por área de atuação Processos de 1ª instância

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Ações para o cumprimento das medidas socioeducativas	845	4.189
Ações para o cumprimento das medidas de proteção	306	782
Ações de combate à criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	45.467	62.840
Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial	85	235
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas	964	1.814
Ações de combate ao crime organizado	644	297
Ações de combate à violência doméstica	2.208	5.495
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	19	51
Ações de fiscalização da execução da política pública da Saúde	67	101
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	286	2.009
Ações de execução (eleitoral)	-	2.349
Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente	1.444	4.157
Campanhas educativas/palestras/ações de execução	26	192
Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor	20	823

### Processos de 2ª instância

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Ações dos Procuradores de Justiça	-	8.958

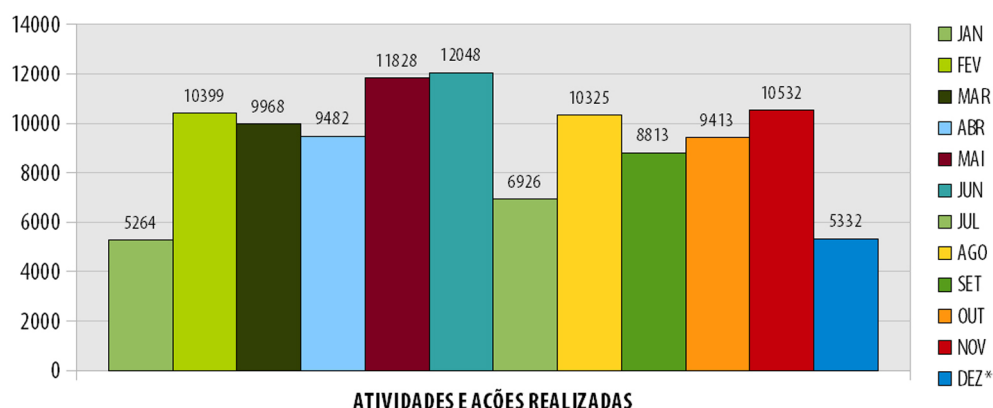
## Processos do Conselho Superior do Ministério Público

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Processos do Conselho Superior do Ministério Público	-	304

Ao se analisar o volume de processos, percebemos que pela primeira vez os processos finalísticos da 2ª instância puderam ser mensurados separadamente, assim como os processos do Conselho Superior do Ministério Público, o que mostra um avanço na coleta de indicadores cada vez mais confiável para mostrar à sociedade a proporção de atuação do Órgão.

Os números apresentados também mostram a grande demanda que estava reprimida pelo baixo orçamento disponibilizado ao Ministério Público, mostrando que, quando recebe volume de recursos condizentes com sua grandeza, a Instituição torna-se destaque na atuação em defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Abaixo apresentamos um quadro mensal da atuação da 1ª instância, onde se destacam os meses de maio e junho como os de maior volume de processos em os que Membros do Ministério Público se manifestaram:



- Mais de 140 Ações Civas Públicas e Ações Penais foram postuladas apenas na Capital;
- 59 Prefeitos respondem a algum tipo de processo;
- 18 Prefeitos estão sendo investigados atualmente;
- 17 Prefeitos foram afastados, 12 só em 2011;
- 8 Prefeitos permanecem afastados;
- 2 Prefeitos estiveram presos.

Portanto, considerando que o Tocantins tem 139 municípios, isto significa dizer que os 81 prefeitos que estão sendo investigados ou respondem ações representam 58% do total de prefeitos do Estado.

Tratando ainda da atuação finalística, o MPE teve destaque em diversas outras áreas.

Neste sentido, o Combate aos Crimes contra o Consumidor, área onde o MPE tem atuado principalmente através das Operações Pró-Consumidor, fiscalizações

da venda clandestina de Gás e do abate clandestino de animais (frigoríficos), sob a coordenação do CAOP do Consumidor, está gerando resultados expressivos para a sociedade (vide números da atuação do CAOP do Consumidor nas páginas 44/48).

Os destaques da atuação na área do Meio Ambiente ficam por conta das fiscalizações para o correto tratamento dos resíduos sólidos, das ações para regularização das áreas de preservação permanentes, das ações preventivas contra queimadas, de fiscalização dos serviços públicos de tratamento de água e saneamento, além do acompanhamento da instalação de grandes empreendimentos, visando evitar os danos ambientais.

Já na área da infância e juventude, os destaques ficaram por conta da cobrança pela instalação de Centros de Atendimento Sócio Educativo e pelo correto cumprimento das medidas socioeducativas, das fiscalizações referentes ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e à oferta do transporte escolar.

Também precisam ser destacadas, por também alcançarem um número recorde de ações realizadas, as áreas de combate a violência doméstica, fiscalização da aplicação dos recursos públicos da saúde, fiscalização do cumprimento da política do idoso e das políticas de direitos humanos, bem como, das ações de combate à criminalidade e da fiscalização do cumprimento das penas.

## 3.2 Manutenção da Sala de Inteligência

As principais despesas desta ação foram relacionadas a manutenção das atividades e operações realizadas pela equipe da Diretoria de Inteligência, bem como custear a manutenção do Sistema Guardião (interceptação telefônica).

Dentre as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Inteligência, destacaram-se as seguintes:

- Intermediar e organizar a atuação cooperada entre os membros e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), visando à obtenção de resultados com maior abrangência no Estado;
- Intermediar perante outros órgãos da administração pública a viabilização de Força-Tarefa ou a obtenção de informações;
- Fazer articulação com o setor de informações e inteligência do Ministério Público e de outras instituições públicas ou privadas;
- Intermediar com outros órgãos de investigação da Polícia Civil para articulação de atuação conjunta do Gaeco com as Promotorias de Justiça com atribuições criminais;
- Fazer articulação com a Assessoria Segurança Institucional para a adoção de medidas preventivas contra as atividades das organizações criminosas investigadas pelo Gaeco;
- Implantar o sistema de "Simba", que realiza análise fiscal e bancária, por meio de convênio com o Ministério Público Federal;
- Articular e monitorar as iniciativas nas diversas regiões do Estado, visando ao cumprimento da missão institucional estabelecida pela Procuradoria-Geral de Justiça;

- Formalizar convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, no intuito de implantar um núcleo de combate a sonegação fiscal;

### Resumo das atividades realizadas

Diretoria de Inteligência	
Tipo de Atividade	Quantidade
Relatório do CNMP	11
Memorandos	21
Ofícios	15
Operações do Sistema Guardiã	87
Relatórios de Inteligência	14
Ordem de Missão	3
Relatórios de Operações	8
<b>TOTAL</b>	<b>159</b>

## 3.3 Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério do Público.

Este trabalho tem por objetivo verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.



Quanto ao critério para a escolha das correições ordinárias realizadas nas Promotorias, foram priorizadas as correições em Promotorias por tempo de realização da última correição.

O resultado das correições e o saldo de processos em andamento resultaram na realização das seguintes atividades:

## Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público no ano de 2011

Descrição das atividades	Quantidade
Correições	17
Avaliações de Estágio de Membros	15
Processos administrativos instaurados	1
Processos administrativos arquivados	39
<b>Total de atividades</b>	<b>72</b>

Cabe também ressaltar as Comarcas que foram correicionadas no ano de 2011:

### Promotorias/Procuradorias Correicionadas em 2011

Item	Comarca	Data
1	Araguaçu	21/02/2011
2	Alvorada	22/02/2011
3	Almas	15/06/2011
4	Araguaína	19 a 21/09/2011
5	Cristalândia	24/02/2011
6	Dianópolis	16/06/2011
7	Filadélfia	22/09/2011
8	Figueirópolis	23/02/2011
9	Goiatins	23/09/2011
10	Gurupi	28, 29 e 30/03/2011
11	Miracema do Tocantins	11 e 12/04/2011
12	Miranorte	13/04/2011
13	Peixe	31/03/2011
14	Palmas	03 a 18/05/2011
15	Pium	25/02/2011
16	Tocantínia	14/04/2011
17	1ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
18	2ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
19	3ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
20	4ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
21	5ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
22	6ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
23	7ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
24	8ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
25	9ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
26	10ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
27	11ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
28	12ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011

Vale ressaltar que, pela primeira vez desde a implantação do Ministério Público do Estado do Tocantins, foram realizadas as correições ordinárias das 12 Procuradorias de Justiça, fato que ressalta o compromisso de ter serviços de qualidade em todos os níveis, fiscalizando e mantendo parâmetros de divulgação da atuação.

## 3.4 Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional (Caops)

O ano de 2011 também foi muito importante para a consolidação das atividades dos Caops, os quais passaram a ter papel relevante no apoio aos Procuradores e Promotores de Justiça, tornando-se fundamental para a execução finalística do Ministério Público.

Diante da importância que o tema requer, passamos a relacionar, por Centro de Apoio, as atividades realizadas em 2011, dando destaque para algumas delas.

### Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – Caoma

Buscando colocar em prática as diretrizes contidas no Planejamento Estratégico 2010 – 2018, o Caoma, realizou diversas ações na área ambiental, conforme, tabela elencada abaixo:

Atividades					
Tipo de Atividade		Quantidade			
		2010	2011	Varição	
Vistorias		132	139	7	
Relatórios		90	179	89	
Pareceres		11	15	4	
Mapas e Croquis		135	262	127	
Processos de Acompanhamento		144	98	-46	
Promoção de Eventos	Seminário	2	0	-2	
	Oficinas	4	1	-3	
	Pesquisas	4	0	-4	
Participação em Eventos	Audiências Públicas	4	2	-2	
	Reuniões	110	79	-31	
	Cursos	2	5	3	
	Oficinas	2	2	0	
	Seminários Fóruns Conferências Encontros	14	13	-1	
Ofícios	Expedidos	158	220	62	
	Recebidos	181	159	-22	
	Circular/Expedidos	23	11	-12	
	Circular/Recebidos	37	40	3	
Memorandos	Expedidos	130	122	-8	
	Recebidos	22	28	6	
E-mail	Expedidos	225	271	46	
	Recebidos	428	587	159	
Atividades					
Tipo de Atividade		Quantidade			
		2010	2011	Varição	
Diversos, convite, ata, comunicados, portarias, etc.		Expedidos	5	0	-5
		Recebidos	8	1	-7
Total		1871	2188	317	



## Vistorias

Os destaques das atividades do Caoma em 2011 foram as vistorias aos municípios, realizadas para verificar as condições dos depósitos de resíduos sólidos. Os 139 municípios do Estado foram fiscalizados pela equipe do Centro de Apoio, onde constatou-se que nenhum município do Estado tem destinação adequada de resíduos sólidos. Em 2012, o MPE dará continuidade aos trabalhos de monitoramento até que os aterros sejam regularizados.

## Parcerias

Em 2011, várias parcerias foram firmadas entre o MPE-TO e outras instituições por meio do Caoma. Podem ser destacadas:

- Termo de Cooperação Técnica para o Projeto Intersetorial de Educação Ambiental, celebrado com o Instituto Natureza do Tocantins, as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretarias de Educação e Saúde, a Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental, a Companhia de Saneamento do Tocantins e o Corpo de Bombeiros/Defesa Civil.
- Termo de Cooperação Técnica com a Faculdade Católica do Tocantins, para utilização dos laboratórios de Geoprocessamento, análise de águas e solos e disponibilização às Promotorias de meio ambiente de acesso ao Banco de Dados da Estação Meteorológica instalada no Campus II da Faculdade Católica do Tocantins (Facto) em Palmas.
- Convênio de Cooperação Técnico-científica com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com vistas a regulamentar o intercâmbio de informações técnico-científicas entre as partes, ou seja, capacitação nas áreas de sensoriamento remoto e geotecnologias para o levantamento da degradação ambiental ocorrida no Estado do Tocantins.



- Renovação do Termo de Cooperação com a Fapto/UFT, que tem como objetivo a utilização dos serviços do laboratório de análise de água e acesso ao sistema informatizado de banco de dados do laboratório, com vistas a subsidiar os procedimentos administrativos e judiciais a cargo dos órgãos de execução do Ministério Público nas suas ações de defesa do meio ambiente.

## Educação Ambiental

Outro importante avanço na atuação ambiental do MPE-TO foi a promoção de um trabalho de educação ambiental nos municípios de Araguañã, Araguatins, Caseara, Filadélfia, Mateiros, Miranorte, Pedro Afonso, Peixe, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins.

O Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental é realizado há mais de dois anos e trabalha de forma continuada a sustentabilidade ambiental, mediante, dentre outras ferramentas, a orientação visando à construção dos planos municipais de educação ambiental.

## Centro de Apoio Operacional do Consumidor Força-Tarefa Pró-Consumidor

A principal atividade desenvolvida pelo Caop do Consumidor é a de articular, organizar e coordenar a Força-tarefa Pró-Consumidor.

Trata-se de uma equipe formada por servidores de diversas instituições com trabalhos afins ao Direito do Consumidor. Este grupo se desloca até a cidade onde atua o Promotor de Justiça que solicita previamente a ida da equipe e promove a fiscalização dos estabelecimentos comerciais.

O foco de atuação da Força-tarefa é determinado pelo Promotor, que solicita a ação ao Caop do Consumidor por meio de ofício. As vistorias acontecem em diversos estabelecimentos como supermercados, açougues, padarias, farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite *in natura*, entre outros.

Dependendo do foco da ação, é solicitada a ajuda de diferentes parceiros, tais como o PROCON, Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária Municipal, Delegacia do Consumidor, Bombeiros, Polícia Militar e etc, os quais atuam em conjunto.

Durante o ano de 2011, até o momento, foram deflagradas cinco operações da Força-tarefa Pró-Consumidor nas seguintes cidades: Peixe, Colmeia, Natividade, Porto Nacional e Palmas.

Todas essas operações tiveram como resultada, nas várias cidades onde ocorreram, a apreensão de toneladas de produtos impróprios para consumo e diversos termos e autuações foram lavrados, pelos Bombeiros, Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal.

Como resultados das ações do Caop do Consumidor no ano de 2011, podemos destacar os seguintes:

### Estabelecimentos visitados pelo Caopdc

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor - CAOPDC	
Tipo de Estabelecimento visitado	Quantidade
Supermercados	60
Restaurantes, Lanchonetes e panificadoras	30
Açougues	45
Postos de Combustíveis	14
Revendedores de GLP	147
Outros	8
<b>Total</b>	<b>304</b>

## Produtos apreendidos pelo Caopdc

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor - CAOPDC	
Apreensões realizados	Quantidade (kg)
Produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual	3.691
Produtos apreendidos pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais	2.809
Quantidade de produtos cárneos apreendidos	2.995
<b>Total</b>	<b>9.495</b>

## Outros autuações realizadas

Tipo de Autuação	Órgão	Quantidade
Relatórios de Visita	PROCON	28
Notificações		21
Termos de Apreensões	Vigilância Sanitária Municipal	57
Notificações		96
Autos de Infrações		22
Interdições		11
Termos de Apreensões	Visa Estadual	32
Autos de Infrações		2
Notificação	Bombeiros	110
Interdições		2
Notificações	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	05
Autos de Infrações		03
Autos de Apreensões		02
Interdições		03
<b>Total</b>		<b>394</b>

## Programa Gás Legal



No decorrer de 2011, o Ministério Público Estadual, juntamente com a Agência Nacional do Petróleo, Corpo de Bombeiros e o Sirtragás, articulou ações visando ao combate à venda clandestina de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP ou gás de cozinha). Tais ações objetivaram dar efetividade às diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Combate à Venda Clandestina de GLP, intitulado de “Programa Gás Legal”.

O Programa tem como objetivo legalizar o setor de venda de GLP em todo o país, inclusive no estado do Tocantins.

Para iniciar as ações do Programa, com o objetivo de incentivar a legalização e alertar sobre as consequências da permanência na clandestinidade, em 09 de fevereiro de 2011 foi realizada uma reunião na sede da Procuradoria-Geral, com a presença de mais de 60 (sessenta) representantes do setor de venda de GLP.

Após a referida reunião, a temática do combate à venda clandestina de GLP foi incluída com mais ênfase na pauta das Operações Pró-consumidor, tendo sido deflagradas duas ações, uma em Palmas e outra em Porto Nacional, exclusivamente com este intuito.

Como resultado dessa Operação, foram visitados 134 estabelecimentos e expedidas 110 notificações pelo Corpo de Bombeiros.

Em 20 de setembro de 2011, foi realizada a "Reunião do Comitê Regional Centro-Oeste para Erradicação do Comércio Clandestino de GLP", em Palmas, na sede do Ministério Público.

Esta reunião do comitê foi dirigida por representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e contou com presença de 19 Promotores de Justiça e de diversas autoridades atuantes na fiscalização da venda de GLP.

Os Promotores de Justiça foram instados a adotarem medidas em suas comarcas de atuação para que o combate a clandestinidade seja uniforme no estado.

Uma cópia do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado pela Promotoria de Justiça do Consumidor em Gurupi e outra da recomendação expedida pela Promotoria de Justiça do Consumidor em Palmas foi encaminhada pelo CAOP do Consumidor a todos os Promotores de Justiça do Consumidor do estado para servir modelo de atuação.

Para fortalecer a ação desenvolvida pelo Ministério Público, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) enviou ao estado do Tocantins, a pedido do Caop do Consumidor, três agentes de fiscalização para que, entre os dias 28/11 a 1º/12, averiguassem supostos pontos de revenda clandestina de GLP, bem como realizassem fiscalização de rotina naqueles postos revendedores já legalizados.

Os postos de venda de combustíveis também foram alvos da referida ação, a fim de se verificar a qualidade dos combustíveis e a conformidade com a legislação do setor.

## Ação nos Frigoríficos e Açougues

Após a constatação de que os frigoríficos não estavam cumprindo totalmente a legislação sanitária, o Ministério Público do Estado do Tocantins e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Adapec) desenvolveram ações conjuntas nos frigoríficos do estado com o propósito de assegurar aos consumidores o fornecimento de carnes com qualidade segura.

Foram firmados seis Termos de Ajustamentos de Conduta (TACs) que fixaram prazos para que os frigoríficos se adequassem às normas, sendo que cinco foram aditivados.

Complementando a ação desenvolvida nos frigoríficos, foi desencadeada a ação Pró-consumidor nos estabelecimentos que comercializam carnes na capital. Para esta ação foi chamada a Vigilância Sanitária Municipal e a Adapec. Foram vistoriados 23 açougues e apreendidos 2.313 quilos de carne.

## Centro De Apoio Operacional Criminal – Caocrim

O Centro de Apoio Operacional Criminal (Caopcrim), coordenado pelo Procurador de Justiça Macro Antônio Alves Bezerra, órgão de apoio à atividade funcional dos Promotores de Justiça do Ministério Público do Tocantins, tem previsão legal no artigo 48 da Lei Complementar 51/2008, instituído pelo Ato 021/2008.

Sobre as atividades desenvolvidas, o Caop Criminal exerce várias vertentes de trabalho, as quais exemplificamos sucintamente:

- Atividades de expediente como memorandos, ofícios, atualização de notícias e jurisprudências, divulgação de Boletins Informativos de outros Caops no site e por e-mail, e estudos e pesquisas técnicas e jurisprudenciais sobre temas da área criminal.
- Resposta às consultas solicitadas pelos Promotores de Justiça e respectivos Analistas e Assessores Jurídicos, com o intuito de localizar o endereço, telefone, dados cadastrais (CPF, título de eleitor, nome da mãe e data de nascimento, além de consultas a veículos, condutores e armas) e antecedentes criminais de pessoas (acusados, investigados e/ou testemunhas).
- Em 2011, o número de consultas realizadas pelo Caopcrim dobrou em relação ao ano anterior, passando de uma média de 300 para 600 consultas por mês.
- Manutenção, cadastramento, recadastramento e reinicialização de senha de Membros e Servidores no Sistema Infoseg, Serpro e TRE/TO, além de solicitação de pesquisas no banco de dados da Celtins, Jucetins, Sicap, Siop, Infopen e Detranet.
- Organização de peças processuais enviadas pelos Membros e publicadas no site do Caopcrim, bem como atendimento de solicitação de modelos e estudos de caso direcionados.
- Atendimento pessoal, por e-mail e por telefone, aos Promotores e Procuradores de Justiça e seus respectivos Analistas e Assessores Jurídicos.
- Encaminhamento de notícias, estudos, jurisprudências, bem como de informativos de outros Caops Criminais aos Promotores e Procuradores de Justiça.
- Especialmente, o Coordenador do Caopcrim realizou reuniões técnicas com Promotores, prestou orientações jurídicas, compartilhou experiências profissionais e participou de Encontros Nacionais com outros Coordenadores.
- Ativação da senha de acesso ao banco de dados do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, do Tribunal de Contas do Estado, por meio do sistema SICAP, bem como foi feito novo contrato com a rede SERPRO, ilimitando a franquia de acesso e possibilitando o cadastro de 10 usuários pelo mesmo preço do contrato, além da manutenção dos convênios e termos de cooperação técnica já assinados nos anos anteriores.
- Realização de diversas reuniões entre o Coordenador e agentes políticos, Secretários de Governo, Delegados e colegas Promotores e Procuradores de Justiça acerca das demandas na área criminal, do cumprimento das metas da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp), da

precariedade do sistema carcerário e da atuação da Secretaria de Segurança Pública no Estado e da falta de atendimento às diligências solicitadas pelos Membros, principalmente do interior.

- Participação do Coordenador no Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial; no Congresso Criminal do Ministério Público de São Paulo – Os Desafios da Criminalidade Atual e a Atuação do Ministério Público; nas Reuniões dos Gestores Estaduais da Enasp em Brasília/DF.

## Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp)

Em março de 2011, o Coordenador do Caop Criminal, Procurador de Justiça Marco Antônio Alves Bezerra, foi nomeado Gestor Estadual da Enasp. Como primeira ação, notificou as Promotorias de Justiça para dar continuidade aos trabalhos de conclusão da Meta 2, denunciando, arquivando ou desclassificando todos os inquéritos de homicídios instaurados, até 31 de dezembro de 2007.

O Caop Criminal foi responsável pela inserção no “inqueritômetro” dos dados de produção da meta e ampliação da cobrança por telefone às Promotorias de Justiça quanto ao prazo final de cumprimento, que foi 01 de julho de 2011, prazo que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2011. Além das cobranças às Promotorias, promoveu-se também cobrança ao Gestor Estadual no âmbito da Secretaria de Segurança Pública para o concomitante empenho dos Delegados na conclusão das diligências solicitadas e conseqüentemente dos inquéritos. Na primeira data de conclusão da meta, ou seja, julho, 24 Promotorias conseguiram cumprir a Meta 2 em tempo hábil e 18 permaneciam com inquéritos em diligências nas Delegacias ou ainda não manifestados em suas Promotorias. Já em dezembro os números evoluíram para 26 Promotorias que já cumpriram contra 16 que não cumpriram a Meta 2, totalizando 214 denúncias, 471 arquivamentos, 63 desclassificados e 287 inquéritos ainda em diligências.

O Coordenador do Caop Criminal participou de 3 reuniões em Brasília-DF, onde foi enaltecido quanto ao avanço no cumprimento da Meta. O bom desempenho na execução da Meta no Tocantins se deve ao trabalho realizado em sintonia com a Corregedoria do MPE/TO, que implementou algumas ações para impulsionar o cumprimento da meta, tais como: a suspensão de férias e dos processos de promoção e remoção, medidas que, segundo o Gestor, foram fundamentais para o fluxo de trabalho.

## Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção – Focco-TO

O Caoprim foi responsável pela implantação do Fórum de Combate à Corrupção (FOCCO), canal que reúne diversos órgãos públicos que desempenham atividades ligadas ao repasse, controle e fiscalização dos recursos públicos.

O objetivo principal do Fórum é a promoção de um canal permanente de aproximação e auxílio mútuo entre as Instituições, já que atualmente, salvo algumas experiências, as instituições têm funcionado de forma isolada, sem qualquer articulação.

Além do MPE-TO, o Focco reúne representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Controladoria Geral do Estado, Delegacia da Receita Federal, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal,

Polícia Federal, Procuradoria da União, Procuradoria Federal, Tribunal de Justiça do Tocantins, Defensoria Pública, Núcleo de Assessoramento da União, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

### Atividades realizadas

Tipo de atividade	Quantidade
Ofícios	65
Memorandos e outros	127
Reuniões	10
Consultas de endereços, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	6036
Consultas jurídicas	50
Atendimento à população por meio de projeto social	Painel do FOCCO-TO p/ 200 pessoas no auditório do TCE
Realização de oficinas e seminários	1
Participação em eventos jurídicos	3
TOTAL	6492

## Centro de Apoio Operacional Direitos Humanos CaopDH

Em 2011, o CaopDH realizou atividades rotineiras no sentido de organizar e manter atualizado o banco de dados e informações, fazendo nele inserir os diplomas legais básicos, as inovações legislativas, acervo de doutrina, jurisprudência e peças processuais, assim como estatísticas, levantamentos, estudos e indicadores relacionados à atuação deste Centro de Apoio.

Além do auxílio prestado aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou preparação e proposição de medidas processuais, o CaopDH, no decorrer do ano, recebeu várias representações e expedientes.

Também foram demandadas o atendimento e orientação às entidades com atuação na respectiva área. Nesse sentido, relevante apontar a direta intermediação desse Caop junto à Administração Estadual, para organizar e pôr em pleno funcionamento o Conselho Estadual do Idoso.

Vários procedimentos administrativos foram instaurados no sentido de acompanhamento de relatos de tortura e/ou abuso de autoridade, supostamente praticados por policiais militares, no interior do Estado. Para averiguar a situação, encaminharam-se ofícios ao Comandante Geral da Polícia Militar, ao Corregedor Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Segurança Pública requisitando informações e providências. No que foi atendido, com a instauração de sindicâncias pelo Órgão Censor da Polícia Militar. Até o momento, as decisões ali proferidas foram remetidas às respectivas Comarcas dos Órgãos de Execução, com atribuição para análise e tomadas de providências cabíveis.

A fim de atender e auxiliar o órgão de execução na apuração de denúncia de maus tratos e possível prática de abandono de idosos por seus familiares, foram iniciados outros procedimentos administrativos solucionados com a elaboração

do respectivo relatório psicossocial e posterior remessa à Promotoria de Justiça solicitante.

Este Caop recebeu representação noticiando o não atendimento, nas redes pública e privada de ensino, dos direitos assegurados às pessoas com deficiência auditiva e da fala por meio das Leis de nºs 10.436/2002, 10.098/2000 e Decreto Federal nº 5.626/2005, que garantem a presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), para atendimento deste público, que teve como resultado a instauração de um procedimento administrativo e várias interpelações perante a Administração Estadual e a Municipal, restando detectado, por ora, a precariedade dos serviços, vez que, apesar da significativa demanda, não existe, até o momento, a integral prestação do atendimento preconizado em lei. As buscas de informações e interpelações continuam visando a atuação do Órgão de Execução competente para propor a medida judicial que entender pertinente.

A partir do mês de setembro/2011, a nova coordenação deste Centro de Apoio interveio junto a diversos Órgãos de Estado no intuito de viabilizar o apoio operacional aos Órgãos de Execução da Instituição, conforme solicitações trazidas a lume pelos Promotores de Justiça.

Outrossim, estabeleceu-se contato com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do qual resulta tratativa no intuito de reativação do Núcleo Siscorde e de obtenção de recursos para a implementação da estrutura do CaopDH.

Realizaram-se, por fim, atendimentos a consultas feitas por telefone, e-mail ou expediente, referentes às atividades deste centro de apoio, principalmente no que tange aos direitos de idosos e pessoas com deficiência e à promoção da acessibilidade.

## Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Infância e Juventude– Caopij

No decorrer de 2011, no que se refere à área de infância e juventude destacamos as ações abaixo:

- Vistoria na Casa de Acolhimento Institucional de Guaraí.
- Vistoria Técnica Educacional em todas as Escolas dos municípios e zona rural de Araganã, Carmolândia, Dois Irmãos, Rio dos Bois, Miranorte, Nova Olinda, Augustinópolis, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, São Bento, Pedro Afonso, Santa Maria e Tupirama, conforme solicitado pelos Promotores de Justiça .
- Relatórios Técnicos de Inspeção Educacional nas Escolas dos municípios de Araganã, Carmolândia, Dois Irmãos, Rio dos Bois, Miranorte, Nova Olinda, Augustinópolis, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, São Bento, Pedro Afonso, Santa Maria e Tupirama .
- Relatório Técnico de inspeção nas Unidades de cumprimento de medidas socioeducacionais de internação e semiliberdade de Palmas.
- Relatório Técnico de vistoria na Casa de Acolhimento de Guaraí.
- Fiscalização no Processo de Escolha Eleitoral nos municípios de Pindorama, Santa Fé do Araguaia, Nova Olinda.
- Palestra Pública realizada conforme solicitação dos Promotores de Justiça nos municípios de Colmeia , Gurupi, Augustinópolis e Guaraí.



- Audiência Pública em Porto Nacional.
- Autos de Infração para apreciação sobre denúncias de Trabalho Infantil em Palmas, Araguaína e Colinas.
- Sistematização e levantamento dos dados do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescente – ligue 100, no total de 264 (duzentos e sessenta e quatro) denúncias no período de julho 2010 a junho de 2011, ressaltando que o próximo período não foi finalizado.
- Acompanhamento e encaminhamento das Denúncias oriundas do Ligue -100.
- Assessorias aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Alunos e Pais do Ensino Fundamental e Médio.
- Participação em eventos na área da Infância, com a distribuição aos membros de todo o material e informações coletadas.
- Palestras para Conselheiros Tutelares.

## Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher (Caop Mulher) órgão de apoio aos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, atua na prevenção e no combate à violência contra a mulher e na promoção dos seus direitos.

Dentre as ações em defesa da mulher, no Estado do Tocantins, destacam-se:

- Ministrar palestras em todo território tocantinense, divulgando, principalmente, a Lei nº 11.340, conhecida por 'Lei Maria da Penha', além de orientar e conscientizar a população em geral acerca dos direitos da mulher;
- Cartilha de direitos e combate à violência doméstica contra a mulher (em elaboração);
- Manutenção de página, atualizada, no site do Ministério Público do Estado do Tocantins, contendo notícias, jurisprudências e peças judiciais voltadas aos direitos e ao combate à violência contra a mulher;
- Participação em reuniões de outros órgãos voltados, também, para a questão do combate à violência doméstica: Secretaria da Saúde, Câmara Técnica de Implementação da Rede Estadual de combate à violência doméstica e familiar, entre outras;
- Coleta e encaminhamento de material para a realização do exame genético de DNA, em questões específicas em que se litiga pelo reconhecimento de paternidade, onde as partes se submetem, voluntariamente, ao exame, a custos inferiores aos praticados e suportados pelos interessados; observando que essa disponibilidade é resultado de parcerias com laboratórios de reconhecida idoneidade.

## Atividades realizadas - Caop Mulher

Tipo de atividade	Quantidade
Visita técnica	1
Expediente	11
Atendimento (via telefone)	528
Coleta de exame para DNA	27
Total	567

## Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público – Caopp

A principal atividade desenvolvida pelo Caop do Patrimônio Público consiste em dar apoio técnico aos membros deste Órgão Ministerial em ações que envolvem tutela do patrimônio público, em inquéritos civis ou procedimentos investigatórios que servem de suporte para a propositura das Ações Cíveis Públicas e/ou ações por ato de improbidade administrativa, recomendações, audiências com a finalidade de anular ato lesivo ao erário, bem como responsabilização dos agentes públicos a fim de conferir a efetividade dos serviços.

O Caopp atende, ainda, solicitações feitas por membros do interior e da Capital, para que contribuam com pesquisas, orientações, pareceres, modelos de ações, elaboração de planilhas de cálculos de atualização monetária, procedimentos investigatórios e diligências, desempenhados de forma interdisciplinar pelos servidores, tanto nos feitos jurídicos como contábeis.

Destacam-se entre as atividades de 2011:

- Relatório Técnico N° 01/2011 - trata-se de propositura de Ação Popular com o intuito de sustar os efeitos do convênio n° AJC 15007-0348/00, celebrado entre a Investco S/A, o Instituto de Natureza do Estado do Tocantins (Naturatins) e o Instituto de Terras do Tocantins (Itertins). O presente convênio tem como objetivo a implantação dos projetos de Unidades de Conservação no Estado do Tocantins, como medida compensatória por perdas ambientais decorrente da instalação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, atendendo ao que determina a Resolução do Conama n° 002-96;
- Relatório Técnico n° 02/2011 - trata-se de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público, instaurado para averiguação de supostos atos de improbidade administrativa em decorrência de denúncias sobre a retenção ou apropriação de valores – empréstimos consignados – descontados da Folha de Pagamento dos servidores pela administração Municipal de Goianorte – TO;
- Relatório Técnico n° 03/2011 - trata-se de documentos de prestação de contas realizada pelo Tribunal de Contas referente à Câmara Municipal de Ipueiras, exercício 2008, em que relata irregularidade no gasto de verbas públicas efetuadas pelo então Presidente da Câmara Municipal Jodeon Cláudio da Silva;
- Relatório Técnico n° 04/2011 - trata-se de Protocolo de Informação sob o n° 03/10, instaurado perante a 7ª Promotoria de Porto Nacional – TO, visando apurar regularidade na devolução ao erário, efetuado pelo

Prefeito de Monte do Carmo, em virtude de ilegalidade na impressão de calendário e jornal local;

- Relatório Técnico nº 05/2011 - trata-se de documentação encaminhada a este Caop do Patrimônio Público, pela Promotoria de Tocantinópolis, visando apurar suposta irregularidade na suplementação orçamentária efetuada pela Prefeita de Luzinópolis, no exercício de 2011, no valor de R\$ 1.777.692,82 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais, oitenta e dois centavos);
- Relatório Técnico nº 06/2011 - trata-se de propositura de Ação Civil Pública com a finalidade de averiguar atos de improbidade administrativa, em face do ex-prefeito Municipal, de Nova Olinda, Deroci Parente Cardoso, e outros servidores do município;
- Relatório Técnico nº 07/2011 - referente à formulação de cálculo de multa diária por descumprimento do TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 002/2009;
- Atualização Monetária de Precatório de Natureza Alimentícia;

## Focco

O Caop Criminal foi responsável pela implantação do Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (Focco), canal que reúne diversos órgãos públicos que desempenham atividades ligadas ao repasse, controle e fiscalização dos recursos públicos.

O objetivo principal do Fórum é a promoção de um canal permanente de aproximação e auxílio mútuo entre as Instituições, já que, atualmente, salvo algumas experiências, as instituições têm funcionado de forma isolada, sem qualquer articulação.

Além do MPE-TO o Focco reúne Tribunal de Contas do Estado (TCE), Controladoria Geral do Estado, Delegacia da Receita Federal, Controladoria Geral da União, Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal.

- Apoio à força-tarefa referente a elaboração de planilhas de atualização monetária e levantamento de gastos das obras públicas do Estado do Tocantins referente ao Contrato nº 403/1998;
- Solicitação aos Promotores de Justiça de cada comarca: capital e interior, no âmbito do Patrimônio Público, por meio de Ofício Circular, com a finalidade de recomendar aos Gestores Municipais a implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) e estruturação adequada da Vigilância Sanitária, em todos os 139 municípios do estado do Tocantins, a fim de otimizar a execução dos Programas Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Aquisição de Alimentos (PAA), vez que estes dependem de comprovação de regularidade sanitária;
- Procedimento preparatório nº 03/09 – respostas a quesitos para esclarecimentos de natureza jurídica e de engenharia em andamento no setor de engenharia;
- Procedimento Administrativo 001/2011 – referente a dispensa indevida de licitação na reforma e manutenção da rede hospitalar do Estado do Tocantins – remetido ao Procurador-Geral de Justiça;

- Procedimento Administrativo 002/2011 – referente a análise de possíveis irregularidades na Terceirização da Saúde no Estado do Tocantins, em andamento;
- Procedimento Administrativo 003/2011 – análise de possíveis atos de improbidade administrativa, bem como do descumprimento de decisão do Supremo do Tribunal Federal e Representação em relação aos atos praticados pelo governador do Estado do Tocantins em relação aos contratos temporários em âmbito administrativo – remetido ao Procurador-Geral de Justiça.

#### Atividades realizadas

Tipo de atividade	Quantidade
Estudos	30
Expediente	80
Atendimento (telefone)	120
Atendimento ao público	10
Total	240

## Centro de Apoio Operacional da Cidadania

Criado em observância ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar nº 12, o Centro de Apoio Operacional da Cidadania (Caop da Cidadania) tem como função precípua subsidiar as Promotorias de Justiça e os colegas Promotores de Justiça, sempre que solicitado, com elementos e auxílio técnico especializado em atividades relativas a questões sanitárias, como prestação de serviços de saúde pública pelos entes estatais; questões de cidadania, a exemplo do acesso do jovem e do adulto ao registro de nascimento e à educação da pessoa na sua maioridade.

Ocupa-se também em promover, sempre quando for matéria de interesse público, o relacionamento com as autoridades constituídas, buscando o cumprimento fiel aos preceitos constitucionais.

O índice elevado de mortes maternas no ano de 2010, levou o MPE, por meio do Caop da Cidadania e do Caop Criminal, a instaurar procedimentos administrativos para apurar as causas dos óbitos. De acordo com os dados obtidos junto à Secretaria da Saúde, dos 29 óbitos ocorridos, 26 poderiam ter sido evitados.

Diante do exposto, foram solicitados pelas Promotorias de Justiça competentes os dados completos dos casos, para as providências e eventuais responsabilizações criminais.

Outras ações do Caop da cidadania foram articular, através de reuniões realizadas com membros da Secretaria da Saúde e outros órgãos, a divulgação do Plano de Enfrentamento do Alcool e outras drogas.

Também merece destaque e está sendo divulgado no site do Caop da Cidadania o relatório da Vigilância em Saúde sobre a Avaliação das Ações de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral nos Municípios Prioritários.

## 3.5 Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público

O ano de 2011 foi importante, não só para consolidar a responsabilidade do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) sobre as ações de aperfeiçoamento profissional para membros e servidores, como também para demonstrar o acerto da Gestão ao transferir a condução dessas atividades para o referido órgão.

Como se verifica, as ações de capacitação funcional no âmbito do Ministério Público nos dois últimos anos têm superado a meta proposta pelo Planejamento Estratégico do Ministério Público, as quais têm se mostrado muito eficientes, conseguindo aprimorar as parcerias com outras instituições para o fornecimento de cursos gratuitos ou com custo reduzido.

Vale destacar, também, os contatos estabelecidos pelo Cesaf com palestrantes de renome, que se disponibilizaram a proferir palestras e oficinas em Palmas, com destaque para o Conselheiro Nacional do Ministério Público e Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul, Cláudio Barros Silva, que discorreu sobre “Ministério Público na visão do CNMP”, a Promotora de Justiça de Guarulhos (SP) Renata Gonçalves de Oliveira, especialista em Mediação de Conflitos e Conciliação, que ministrou oficina sobre o tema, e o Promotor de Justiça de Goiás Reuder Cavalcante Motta, que explanou sobre o Combate à Corrupção.

A iniciativa de buscar parcerias com outras instituições para a realização de eventos de capacitação também gerou resultados positivos, como nos casos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, da Escola Nacional de Administração Pública, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, entre outras de igual importância, que cederam vagas em diversos eventos a servidores do MPE.



Passando a tratar dos resultados numéricos da presente ação, podemos notar que a execução orçamentária foi abaixo do que havia sido inicialmente previsto, fato este que se deve, em primeiro lugar, ao alcance da meta de 15,9 horas por servidor no ano, bem como à execução de outras ações acima da meta prevista.

Todavia, o resultado da ação, como dito acima, foi extremamente positivo, uma vez que foram efetuadas 646 inscrições nos cursos disponibilizados pelo Cesaf e pelas instituições parceiras, totalizando 7.904 horas em eventos relacionados ao aperfeiçoamento funcional.

Quanto aos recursos dispendidos nesta ação, foram utilizados para pagamentos de despesas de membros e servidores em eventos, cursos, seminários, congressos, pagamento de passagens e diárias, taxas de inscrição e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Serviram, ainda, para custear 25 bolsas de estudo destinadas a servidores deste Ministério Público em cursos de graduação, com redução de até 30% do valor integral do curso realizado.

O quadro abaixo traz a informação de todos os eventos realizados e mostra ainda, a participação dos servidores e membros do Ministério Público:

### Eventos de capacitação

EVENTO	Tema	DATA DE INÍCIO	CARGA HORÁRIA	INSCRITOS	CIDADE
CUR	Teoria Geral Do Processo Judicial Eletrônico	02/03/2011	06	89	Palmas
SEM	Seminário Tocantinense de Licitações e Contratações Pública	14/03/2011	24	6	Palmas
OFI	Combate à Improbidade Administrativa	21/03/2011	08	39	Palmas
OFI	Aspectos Importantes da Prestação de Contas	25/03/2011	04	3	Palmas
OFI	Sistema de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas	25/03/2011	04	2	Palmas
OFI	Planejamento da Aquisição de Bens e Serviços	30/03/2011	08	6	Palmas
OFI	Sistema de Controle Interno	31/03/2011	08	1	Palmas
OFI	Sistema de Controle e Auditoria Pública	01/04/2011	04	2	Palmas
SEM	Palestra Nota Fiscal Eletrônica	06/04/2011	04	1	Palmas
CUR	Informática Básica	12/04/2011	60	2	Palmas
CUR	Formação de Brigada de Incêndio da PGJ	25/04/2011	16	42	Palmas
CUR	Aposentadoria e Pensões no Serviço Público	04/05/2011	16	1	Palmas
CUR	Retenção de Tributos pelos Órgãos da Administração Pública	05/05/2011	16	3	Brasília/DF
SEM	Licitações, Contratação e Fiscalização de Obras Públicas	16/05/2011	16	4	Palmas
OFI	Mediação e Conciliação como formas de um MP Pró-Ativo	16/05/2011	08	40	Palmas
CUR	Enap – Rumo à Aprendizagem Virtual	24/05/2011	20	89	Palmas
CUR	Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	04/06/2011	24	7	Palmas
CUR	Curso Licitações e Contratos Administrativos	06/06/2011	30	3	Palmas
CUR	Excel Básico	13/06/2011	30	1	Palmas
SEM	Direito De Família e Sucessões	17/06/2011	12	22	Palmas
CON	VII Conbrascom - Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça	20/06/2011	24	2	Niterói/RJ
OFI	As Questões da Infância Enfrentadas pelo MP	20/06/2011	08	22	Palmas

CUR	Curso de Brigada de Incêndio em Gurupi	15/08/2011	24	9	Gurupi
SEM	IX Ciclo de Estudos Jurídicos	19/08/2011	08	89	Palmas
SEM	Questões Atuais Preocupantes	19/08/2011	08	86	Palmas
FEI	Feira Internacional de Tec. Serv. Produtos Seg. Pública	21/08/2011	24	1	Niterói/RJ
CUR	Licitações e Contratos Administrativos	25/08/2011	24	2	Palmas
CUR	Licitações e Contratos Administrativos	25/08/2011	24	1	Palmas
CUR	Ética e Serviço Público	20/09/2011	10	21	Palmas
CON	I Congresso Brasileiro de Direito e Saúde	28/09/2011	30	1	Fortaleza/CE
CUR	Formação e Capacitação de Pregoeiros e Equipe de Apoio	29/09/2011	16	1	Palmas
CUR	VIII Conferência Internacional de Perícias em Crime Cibernéticos	05/10/2011	24	1	Florianópolis/SC
SEM	Novas Perspectivas para Execução Criminal	19/10/2011	4	22	Palmas
CUR	Curso de Português, com ênfase na Reforma Ortográfica	19/10/2011	20	28	Palmas
CUR	Curso Elaboração do Projeto Básico e Termo de Referência para Licitação	07/11/2011	24	2	Palmas
CUR	Curso de Capacitação em Museologia	16/11/2011	24	3	Palmas
CUR	Curso Auditoria na Folha de Pagamento do Serviço Público	17/11/2011	18	3	Palmas
CUR	Curso Scrum (gerenciamento de Projeto Ágil)	18/11/2011	16	8	Palmas
CUR	III Curso Prático de Processo Administrativo Disciplinar	21/11/2011	20	2	Brasília/DF
CUR	Contabilidade Pública	09/12/2011	24	2	Palmas

Legenda para Evento

CON – Congresso

CUR – Curso

EVE – Evento

FEI – Feira

REU – Reunião

SEM – Seminário

## Além dos cursos e capacitações, outras ações do Cesaf foram destaque em 2011:

Processo seletivo para estagiários - Em fevereiro de 2011, 25 acadêmicos do curso de direito iniciaram suas atividades nas Promotorias de Justiça em todo o Estado. Esse foi o resultado do processo seletivo realizado pelo Cesaf em 2010.

Revista Jurídica - A publicação de duas edições da Revista Jurídica foi uma das ações de destaque do Cesaf, registrando mais de 60 artigos divulgados desde a primeira edição, em 2008.

Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) - O Centro de Estudos teve uma participação efetiva nas reuniões do CDEMP, em um desses encontros o Cesaf viabilizou a apresentação do Programa Gespública do Ministério Público Estadual (MPE), durante a 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores, realizada em abril em Maceió (AL).

Brigadistas do MPE-TO - Em junho, a Procuradoria-Geral de Justiça certificou 42 servidores como Brigadistas. O curso para a formação da Brigada de Incêndio foi promovido pelo Cesaf no mês de abril. O MPE-TO foi a primeira instituição pública a formar uma equipe de Brigadistas.

### 3.6 Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas

Esta ação tem como objetivo custear e proporcionar o deslocamento de servidores e membros do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), visando a apuração de crimes relativos a combustíveis, pirataria, ordem tributária, jogos de azar, caça-níqueis e bingos, exploração de apostas, narcotráfico, bem como fraudes em máquinas emissoras de cupons fiscais e crime organizado nos presídios.

A realização das atividades de Combate ao Crime Organizado também teve o ano de 2011 como um marco, principalmente em virtude da aprovação, por parte da Assembleia Legislativa, da Lei Complementar Estadual n.º 72, de 01 de junho de 2011, que instituiu o Gaeco na estrutura do Ministério Público, como órgão auxiliar, que tem como missão identificar, prevenir e reprimir as atividades de organizações criminosas no Estado do Tocantins.

Conforme disposição legal, o Gaeco é constituído internamente por 3 departamentos: Coordenadoria e Suporte Administrativo, Delegacia de Polícia e Departamento de Inteligência. Os departamentos contam com os seguintes profissionais:

Coordenadoria do Gaeco	
Promotores de Justiça	4
Analistas Ministeriais	3
Assessor Técnico de TI. – Computação Forense	1
Delegacia de Polícia	
Delegado de Polícia	1
Escrivão de Polícia	1
Agentes de Inteligência da Polícia Militar	2
Diretoria de Inteligência	
Diretor de Inteligência	1
Agentes de Inteligência da Polícia Militar	4

No que tange ao desenvolvimento de atividades em 2011, coube ao Gaeco:

- Intermediar e organizar a atuação cooperada entre os membros do Gaeco, visando à obtenção de resultados com maior abrangência no Estado;
- Intermediar, perante outros órgãos da administração pública, a viabilização de Força-tarefa ou a obtenção de informações;
- Articular-se com o setor de informações e inteligência do Ministério Público e de outras instituições públicas ou privadas;



- Articular-se com outros órgãos de investigação da Polícia Civil visando atuação conjunta do Gaeco com as Promotorias de Justiça com atribuições criminais;
- Articular-se com a Assessoria de Segurança Institucional para a adoção de medidas preventivas contra as atividades praticadas por organizações criminosas;
- Implantar o sistema de "SIMBA", que realiza análise fiscal e bancária, por meio de convênio com o Ministério Público Federal;
- Articular e monitorar as iniciativas nas diversas regiões do Estado, visando ao cumprimento da missão institucional estabelecida pela Procuradoria-Geral de Justiça;

### Quadro resumo Atividades GAECO

Tipo de atividade	Quantidade
Peça de informação	16
Reunião	20
Medida cautelar	7
Ofícios	150
Memorandos	108
Oitiva no GAECO	46
Consultas	6314
Pareceres	7
Nota técnica	39
Relatórios	263
Convênios	1
<b>DELEGACIA DE POLÍCIA</b>	
Inquérito Policial/DEPOL	4
Proc. preliminar investigativo/DEPOL	11
Relatório circunstanciado/DEPOL	2
Termos de interrogatório, declarações e depoimento/DEPOL	250
Boletim de ocorrência/DEPOL	13
IP'S concluídos/DEPOL	17

Contudo, algumas dificuldades foram enfrentadas no decorrer do ano, principalmente no que se refere ao quadro de pessoal para as ações, sendo necessária a disponibilização de delegado de polícia para auxiliar as investigações em curso.

Considerando serem inquestionáveis os efeitos físicos e psicológicos advindos da atuação de organizações criminosas, exige-se deste órgão de execução pronta atuação no intuito de reprimir eficazmente essa modalidade criminosa, especialmente para o estabelecimento de políticas globais de atuação, concentração de dados, tratamento uniforme da matéria e aproveitamento de experiências já empreendidas, com resultados positivos.

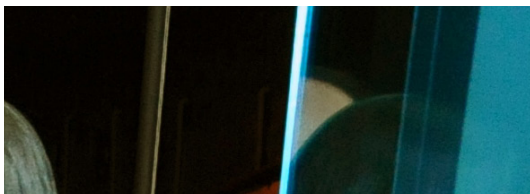
Desse modo, o próprio GAECO fixou como metas para ano de 2012:

- Combater a influência política de organizações criminosas e recuperar ativos;

- Combater o tráfico de drogas;
- Combater os assaltos a bancos;
- Combater a cartelização de combustíveis;
- Reprimir os crimes cometidos contra a Administração Pública;
- Formalizar convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, a fim de possibilitar atuação conjunta no combate aos delitos contra a ordem tributária, econômica e evasão fiscal.







# Modernização e Desenvolvimento Institucional

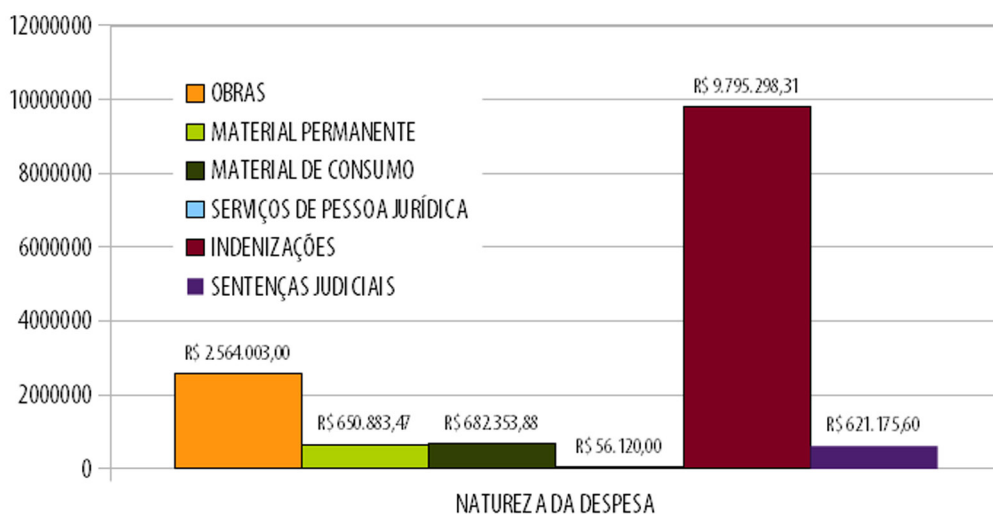
## 4. MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Objetivo:** Este programa objetiva promover a modernização e o desenvolvimento organizacional do Ministério Público, visando atender com eficácia, eficiência e efetividade as demandas Institucionais e oriundas da sociedade tocaninense. Em 2011, muitos foram os avanços realizados no MPE-TO utilizando os recursos oriundos desde Programa, como a ampliação na estrutura física e tecnológica da Instituição, como veremos nas próximas páginas.

**Público-alvo:** Membros, Servidores e Sociedade tocaninense  
Execução dos recursos do Programa

### Execução dos recursos do Programa

Ação	Dotação autorizada	Empenhado	Liquidado
Renovação da frota de veículos do Ministério Público	R\$ 372.500,00	R\$ 372.499,99	R\$ 372.499,99
Construção das Promotorias do Ministério Público	R\$ 3.439.000,00	R\$ 2.564.003,00	R\$ 1.333.813,24
Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público	R\$ 9.795.705,00	R\$ 9.795.298,31	R\$ 9.795.298,31
Concessão de direitos decorrentes de Precatórios Judiciais aos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça	R\$ 827.800,00	R\$ 821.175,60	R\$ 821.175,60
Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública	R\$ 153.953,00	R\$ 146.746,40	R\$ 9.136,40
Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0
Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação	R\$ 291.594,00	R\$ 253.020,44	R\$ 123.026,83
<b>TOTAL DE RECURSOS DO PROGRAMA</b>	<b>R\$ 14.880.552,00</b>	<b>R\$ 13.952.743,74</b>	<b>R\$ 12.454.950,37</b>



## 4.1 Renovação da frota de veículos do Ministério Público

Para o exercício de 2011, procedeu-se à aquisição de 12 veículos novos, em substituição aos mais antigos da frota do MPE-TO. Alguns dos veículos que estavam em uso foram redistribuídos para as Promotorias de Justiça do interior e outros vendidos em leilão e o recurso, aplicado na compra de material permanente para as novas sedes das Promotorias. Com essa política, a Instituição priorizou a modernização e redução de despesas operacionais, optando pela escolha de produtos mais vantajosos e econômicos para o desempenho das atividades do órgão, postura que também irá refletir sobre o consumo de combustível, sobre o custo de manutenção da frota e sobre os impactos ambientais de nossa atuação.

Dentre os veículos adquiridos no exercício de 2011, estão sete Fiat Siena, os quais substituíram os veículos Renault Clio, e cinco Fiat Uno Mille, os quais substituíram os veículos GM Corsa.

Vale destacar, ainda, a aquisição de um veículo marca Renault, modelo Logan, para suporte operacional nas atividades do Núcleo Maria da Penha, Convênio MJ nº 067/10, o qual em razão da necessidade de unificação do programa para formalização do convênio, foi adquirido com vistas à realização das atividades dos Centros de Apoio Operacional (Caops).



## 4.2 Construção das Promotorias do Ministério Público

No tocante à Modernização Institucional, o ano de 2011 foi marcado pela inauguração de três novas sedes de Promotorias de Justiça, as quais foram dotadas de modernas técnicas de construção e aparelhos de última geração para o desempenho das atividades ministeriais. A construção das sedes das Promotorias de Justiça representou o maior investimento do Ministério Público no ano de 2011, com participação total de 69,13% de todos os recursos aplicados pelo Órgão no período. Com as novas sedes, o MPE-TO atinge o número de 10 Promotorias de Justiça com prédios próprios.

## Tocantinópolis

Inaugurada no dia 12 de agosto de 2011 a sede das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis foi recebida com muita satisfação pela comunidade local. Com investimentos na ordem de R\$ 1.076.115,17 o prédio recebeu o nome do fundador da Comarca de Boa Vista (Tocantinópolis), Rufino Theotônio Segurado. Outro homenageado pelo MPE-TO foi Natalino Resplande de Araújo, grande personalidade política e histórica do município, que deu seu nome ao auditório da sede.

O terreno que abriga a nova sede tem 1.200 m<sup>2</sup>, sendo 487,48 m<sup>2</sup> de área construída. São quatro gabinetes de Promotores, sala de reuniões, auditório para 90 pessoas, banheiros e estacionamento, com toda estrutura adaptada para portadores de necessidades especiais.

Além da cidade de Tocantinópolis, a Comarca é composta pelos municípios de Aguiarnópolis, Luzinópolis, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, registrando-se um total de 41.276 habitantes beneficiados com o novo prédio.



### Promotorias de Justiça de Tocantinópolis Rufino Theotônio Segurado

#### Estrutura

Área do terreno: 1.200m<sup>2</sup>

Área construída: 487,48m<sup>2</sup>

Área urbanizada: 712,52m<sup>2</sup>

Quatro gabinetes de Promotoria

Sala de reuniões

Auditório Natalino Resplande de Araújo- capacidade para 90 pessoas

Banheiro público com acessibilidade

Estacionamento público com vaga especial

Área urbanizada: estacionamento para o público e jardins

Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos

**População beneficiada:** 41.276

**Valor do investimento:** R\$ 1.076.115,17



## Paraná

No dia 26 de agosto de 2011 foi a vez dos moradores do município de Paraná receberem a nova sede da Promotoria de Justiça. Esta obra teve destaque, pois foi a primeira executada pelo próprio MPE-TO, desde os projetos iniciais à licitação, tudo planejado, projetado e realizado pela equipe da Instituição. Foram investidos recursos na ordem de R\$ 816.298,020 para a Promotoria que levou o nome de Moacir José de Moura, Promotor Público que contribuiu intensamente para o desenvolvimento da região.

O auditório da Promotoria, com capacidade para 50 pessoas, recebeu o nome de Joaquim Theotônio Segurado Filho, nascido em Paraná e também Promotor Público, com atuação em Porto Nacional e Natividade. Uma praça foi construída no pátio da Instituição e homenageia Euclides Bezerra Filho (Clidinho), filho de Paraná, falecido em 2009.



### **Promotoria de Justiça de Paraná**

**Moacir José de Moura**

#### **Estrutura**

Área do terreno: 2.030,66m<sup>2</sup>

Área construída: 343,28m<sup>2</sup>

Área urbanizada\*: 1.687,38m<sup>2</sup> (Praça Euclides Bezerra Filho)

Dois gabinetes de Promotoria com banheiro privativo

Sala de reuniões

Auditório Joaquim Theotônio Segurado Filho, com capacidade para 50 pessoas

Banheiro público com acessibilidade

Garagem privativa para os membros;

Estacionamento público com vaga especial

Área urbanizada: praça e estacionamento para o público

Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos

**População beneficiada:** 10.491

**Valor do investimento:** R\$ 816.298,020

## Miranorte

O município de Miranorte também recebeu nova sede para abrigar a Promotoria de Justiça. O prédio foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 2011 e recebeu investimentos no valor de R\$ 751.408,34. Com 375,43m<sup>2</sup> de área construída, o prédio era um antigo anseio dos 26.163 moradores das quatro cidades que compõem a Comarca.



### Promotoria de Justiça de Miranorte

#### Estrutura

Área do terreno: 1.009,55m<sup>2</sup>

Área construída: 375,43m<sup>2</sup>

Área urbanizada\*: 634,12m<sup>2</sup>

Dois gabinetes de Promotoria com banheiro privativo

Sala de reuniões e audiências

Banheiro público com acessibilidade

Garagem privativa para os membros

Plenário

Estacionamento público com vaga especial

**População beneficiada:** 26.163

**Valor do investimento:** R\$ 751.408,34

Além da entrega das Promotorias de Justiça Tocantinópolis, Paranã e Miranorte foi dado início à construção das sedes de Arraias e Taguatinga.

Ainda no sentido de cumprir as metas traçadas no Planejamento Estratégico, foram elaborados os principais procedimentos para dar início ao processo licitatório de construção das Promotorias de Porto Nacional (que ainda depende da formalização da doação de terreno pela Secretaria de Patrimônio da União), Guaraí e Natividade, já garantidas no PPA para início em 2012, além de início dos procedimentos das Promotorias de Peixe e Axixá, para execução conforme a capacidade orçamentária do exercício 2012.

Também teve início, em 2011, a construção do elevador privativo da Procuradoria-Geral de Justiça, que atende a uma recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público. O valor investido na obra foi de R\$ 205.104,93.

O expressivo volume de ações deve-se, principalmente, à criação da Área de Projetos e Edificações no ano de 2011, que hoje é responsável por toda a parte de engenharia e arquitetura do MPE-TO e possibilitou, também, a criação da Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.

### 4.3 Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

Durante o exercício de 2011, os recursos alocados para a execução da ação se mostraram insuficientes, principalmente em razão de decisões oriundas de órgãos do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que reconheceram o direito de recalcular os processos administrativos para incluir no cômputo dos direitos dos integrantes desta Instituição os valores referentes a quinquênio, anuênio, entre outros benefícios, os quais, segundo as decisões citadas, também deveriam ser considerados para cálculo dos direitos referentes à Parcela Autônoma de Equivalência.

Outro fator que contribuiu para o aumento da execução da ação foi o reconhecimento de direitos administrativos de integrantes do MPE-TO, oriundos, principalmente, de férias não gozadas.

Diante do exposto, necessária se fez, a partir do reconhecimento das despesas e do recálculo das parcelas, com as devidas atualizações, uma suplementação da ação no valor de R\$ 3.422.505,00.

Tais movimentos permitiram ao órgão, além de não criar novos passivos para gestões futuras, reduzir consideravelmente o passivo da Instituição, o qual, em razão de advir de períodos anteriores, estava gerando atualizações monetárias acima do crescimento natural do órgão e, assim, inviabilizando seu pagamento no futuro.

### 4.4 Concessão de direitos decorrentes de Precatórios Judiciais aos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça

O desempenho da ação ao longo do exercício de 2011 sofreu alterações em razão do recálculo realizado pelo Tribunal de Justiça com relação ao Processo de Precatório PRA nº 1608, o qual foi integralmente pago.

O Ministério Público do Estado do Tocantins, após o pagamento do Precatório PRA nº 1608, aguarda apenas a declaração de baixa por parte do Tribunal de Justiça para que seja excluído do rol de órgãos que possuem precatórios judiciais em aberto.

## 4.5 Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública

A manutenção do Gespública como principal programa de melhoria da gestão, a realização do acompanhamento do Planejamento Estratégico e a execução de ações estratégicas é o que caracteriza os gastos da ação em tela.

Os resultados do trabalho podem ser vistos no alcance de metas estratégicas, na execução prioritária de oportunidades de melhoria da gestão, conforme acompanhamento nos seguintes itens: o Planejamento Estratégico (pág. 84) e o Gespública (pág. 90).

No tocante à aplicação dos recursos, foram executadas as seguintes ações:

- Impressão de relatórios, revistas e informativos;
- Implementação do Circuito Fechado de Televisão na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com a aquisição de equipamentos, serviços e materiais;
- Implementação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação para planejar, priorizar e acompanhar a execução das ações do Ministério Público na área;
- Participação no II Congresso Nacional de Gestão do Ministério Público;
- Participação na Criação do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público.

A ampliação dos programas de gestão e seu reconhecimento, tanto no Estado do Tocantins quanto em nível nacional, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, serviu de motivação para que o desempenho das atividades relacionadas ao Gespública e ao Planejamento Estratégico chegassem à maturidade, o que ficou demonstrado pelo altíssimo número de metas alcançadas e/ou superadas pelo Planejamento Estratégico e pela evolução de 100 pontos na nota da Autoavaliação da Gestão.

O Ministério Público fez questão de reafirmar seu compromisso com a busca pela excelência na Gestão Pública, assumindo papel chave na condução deste processo no Estado do Tocantins e recebendo indicação do Núcleo Estadual do Gespública, para funcionar como entidade âncora do programa no Estado, objetivando levar aos órgãos públicos, modernos meios de gerir o recurso público com eficiência e eficácia.

## 4.6 Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público

Apesar da previsão para execução de Concurso Público para provimento de cargos de servidores, nos diversos níveis de formação, não foi possível sua realização em razão do atraso em mudanças encaminhadas à Assembleia Legislativa, na execução dos trâmites internos e na aprovação do novo quantitativo de cargos por especialidade.

Tais instrumentos são imprescindíveis para a realização do certame, conforme demonstrado pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, quando do julgamento de processos de Concursos Públicos.

Ao final de 2011, porém, todos os procedimentos foram finalizados para que, com a devida inclusão no orçamento de 2012 e a formal aprovação do certame pelo Tribunal de Contas, possa o Ministério Público prover as vagas necessárias ao seu bom funcionamento.

## 4.7 Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação

O ano de 2011 foi um marco para o Ministério Público do Estado do Tocantins em na área de tecnologia da informação. Grandes investimentos foram realizados para adequar a Instituição à virtualização de processos (E-proc), responsável por informatizar e dar celeridade à atuação ministerial, tornando-se ferramenta fundamental para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

A Procuradoria-Geral de Justiça têm buscado implementar melhorias no ambiente organizacional com o uso estratégico de ferramentas de Tecnologia da Informação (agilização de processos, estrutura, comunicação e desburocratização).

Com o intuito de possibilitar a completa implementação do programa e aprimorar a produtividade das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação efetuou a aquisição de 414 novos equipamentos de informática, conforme relacionado a seguir:

Equipamentos de Processamento de dados adquiridos em 2011

Descrição	Quantidade
Computadores	83
Monitor LCD	82
Nobreaks	80
Estabilizadores	60
Impressora a laser	41
Impressora multifuncional	10
Scanner profissional	08
Switch 48 portas 10/100/1000	02
Datashow	08
Token	40
Total	414

Além destas aquisições, foi dado início ao processo de contratação link de alta velocidade destinado a atender à demanda das Promotorias de Justiça em todo o Estado, fato que permitirá uma conexão com total confiabilidade e gerenciamento de utilização.

Assim, novos investimentos no parque tecnológico estão sendo planejados, para que sejam adquiridos novos equipamentos, além de softwares capazes, inclusive, de garantir a segurança do sistema.

## Área de desenvolvimento de sistemas

Dentre as atividades diárias do setor de desenvolvimento de sistemas e banco de dados está a concepção de novos softwares e a manutenção de sistemas que já estão em utilização pelo MPE-TO.

Atualmente, o foco principal da equipe vem sendo o desenvolvimento do Athenas, com a finalidade de montar um poderoso sistema Administrativo englobando diversos setores da administração pública, a taxonomia nacional, virtualização e integração com os sistemas do Judiciário e o Arquimedes.

Para atender a esta finalidade, o Departamento de Tecnologia da Informação tem buscado oportunizar aos servidores da área de desenvolvimento de sistemas a ampliação da capacidade técnico-gerencial.

Neste intuito, foi oportunizada a participação de servidores em dois congressos, no primeiro que ocorreu em São Paulo, I Mostra de Sistemas do Ministério Público Brasileiro, o sistema Athenas foi apresentado pelo Chefe de Gabinete Célio Sousa Rocha e pelo Servidor Rodrigo Pinheiro Matias, que mostraram para uma platéia com cerca de 40 pessoas o sistema que vem sendo desenvolvido pela equipe da Área de Desenvolvimento. Ainda nesta ocasião ocorreu uma reunião para discutir pendências referente ao Sistema Arquimedes.

## Projeto Recursos Humanos

Este módulo de Recursos Humanos do Sistema Athenas sofreu diversas modificações para adequação ao trabalho do departamento de RH, as quais foram imprescindíveis para implantação das folhas de pagamento.

Ainda neste período houve um censo destinado aos contribuintes do Igeprev, fato que mobilizou os servidores da TI para que pudessem atender às expectativas no sistema de cadastramento, o que garantiu 100% dos integrantes recenseados.



## Movimentação de Pessoal

Durante este ano foram feitas diversas modernizações e a inclusão de novos mecanismos para movimentação de Recursos Humanos, com a finalidade de prestar informações para o módulo da folha de pagamento que vem sendo implantado e também facilitar a vida dos usuários do Sistema. Nesta perspectiva, o movimento de remoção de servidor foi modernizado com a finalidade de automatizar o processo de movimentação. Antes deste procedimento, eram necessárias diversas interações do usuário até que a movimentação de remoção fosse totalmente concluída.

No mesmo passo, buscamos melhorar o quadro de substituições no módulo de folha de pagamento, dividindo-se em dois subitens, movimento de substituição de chefia e movimento de substituição de entrância, o primeiro referente a cargos administrativos e o segundo à substituição de membros.

Ainda com finalidade de prestar melhores informações para o sistema da folha de pagamento, foi feito um módulo no sistema para atender à alimentação das informações das pensões, sejam elas originadas por morte ou por vínculo alimentício.

Para conseguirmos viabilizar o módulo de férias para que ele, também, gerenciasse as férias dos servidores, foi feito um esforço conjunto com o departamento de Recursos Humanos e Chefia de Gabinete a fim de materializar o Organograma da Instituição, indicando os seus respectivos chefes. Ainda foram feitas modificações no sistema para que fosse viável uma atualização das informações cadastrais dos servidores, com a finalidade de saber seu local de lotação.

## Férias

Somente a partir do primeiro semestre de 2011 o Sistema de Férias passou a ser utilizado efetivamente, por enquanto apenas dos Membros; até então, os servidores ainda não haviam sido inseridos no contexto, uma vez que o Organograma do Administrativo não estava bem definido, deixando assim uma parte do sistema carente de informações.

Também neste período houve um envolvimento da equipe de TI no desenvolvimento do organograma da instituição, para que fosse possível, ainda, neste ano, utilizar o módulo de Férias que vinha sendo utilizado somente para os membros e podendo assim, ser utilizado para a gestão de férias dos servidores.

## Folha de Pagamento

O módulo de Folha de Pagamento começou a ser implantado no mês de março de 2011 com sua utilização no pagamento dos estagiários. Este módulo foi planejado para ser implantado em conjunto com o sistema antigo, bem como na ordem elencada, conforme tabela a seguir:

### Cronograma de desenvolvimento de sistemas

Folha de Pagamento	Data de implantação
Estagiário	Março/2011
Auxílio-creche	Maio/2011
Auxílio-alimentação	Junho/2011
URV	Julho/2011
PAE	Julho/2011
Normal	Agosto/2011
Gratificação Natalina	Dezembro/2011

Um ponto importante a ser mencionado é que a Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF) do MPE- TO foi realizada no Sistema Athenas, colocando em prova toda a estrutura de banco de dados e também de carga de recursos com o aumento dos acessos ao sistemas, uma vez que foram gerados os comprovantes

de rendimentos de todos os servidores, que posteriormente tiveram que acessar o Athenas para utilização. Essa atividade foi muito importante, uma vez que nos ajudou a dimensionar bem a carga de recursos que implica no atendimento das demandas dos usuários.

## Projeto Portal

O Projeto Portal começou a ser desenvolvido em meados de junho de 2010 quando foi implantada a parte de infraestrutura e segurança da informação. O novo portal do MPE-TO entrou no ar em fevereiro de 2011.

Além do desenvolvimento, o Departamento de TI ministrou treinamentos para que a Assessoria de Comunicação tivesse subsídios para operacionalizar de forma autônoma o portal de notícias, além disso, estes tornaram-se agentes multiplicadores.

Da mesma forma do portal, foram desenvolvidos outros sites como o do Cesaf e CAOP da Infância e Juventude.

Este trabalho foi importante uma vez que todo o conteúdo do portal e dos sites internos demandavam tempo e recursos do Departamento de Tecnologia da Informação, atualmente o próprio departamento responsável pelo site pode gerir de forma autônoma o seu conteúdo.





## Arquimedes

O sistema Arquimedes, em 2011 teve algumas evoluções. No que se refere ao afastamento de membros, foi reformulada a substituição automática para facilitar a operacionalização de acordo com a realidade do nosso órgão.

Em abril foi feita uma visita ao Estado de Pernambuco, no 1º Encontro de Usuários do Arquimedes com a finalidade de se estreitar o canal de comunicação entre os órgãos, além disso, foram discutidos temas como virtualização de processos, pesquisas textuais, certificação digital e a resolução do CNMP que regulamenta o uso das Tabelas Taxonômicas.

Podemos dizer que o módulo de taxonomia já está desenvolvido dentro do Arquimedes, ficando como pendência a migração dos dados legados e a extração das informações do RAF que são exigidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

## Relatório de Atividades Funcionais

Durante o primeiro semestre deste ano, foram realizadas algumas manutenções corretivas que implicaram no ganho de performance. O sistema de Relatório de Atividades Funcionais (RAF) está sendo implementado pelo Estado de Pernambuco, juntamente com o estado do Amazonas.

## Projeto de BI

No mês de novembro foi entregue o módulo de BI (*Business Intelligence*), desenvolvido com a finalidade de permitir que o gestor tenha acesso a informações estratégicas da Instituição de forma facilitada.

## Projetos em Estudo

Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também servem como parâmetro de controle. Neste sentido, os seguintes projetos ainda em via de desenvolvimento:

Cronograma de projetos em estudos

Item	Sistemas	Posição	Dificuldade
1	Gestão de Patrimônio	Iniciado	5
2	Gestão de Diárias e Ajuda de Custo	Demanda	3
3	Gestão de Conhecimento	Demanda	1
4	Assinador Digital	Demanda	5
5	Sistema de Votação Eletrônica	Demanda	2
6	Gestão de Estágio Probatório	Demanda	3
7	Gestão de Avaliação de Produtividade e Desempenho	Demanda	2
8	Migrar pequenos Sistemas Legados	Demanda	X

Não é possível determinar a complexidade do item 8 uma vez que existem muitos sistemas que nem sequer vêm sendo utilizados, é necessário que primeiro seja feito um estudo para mensurar esta demanda.

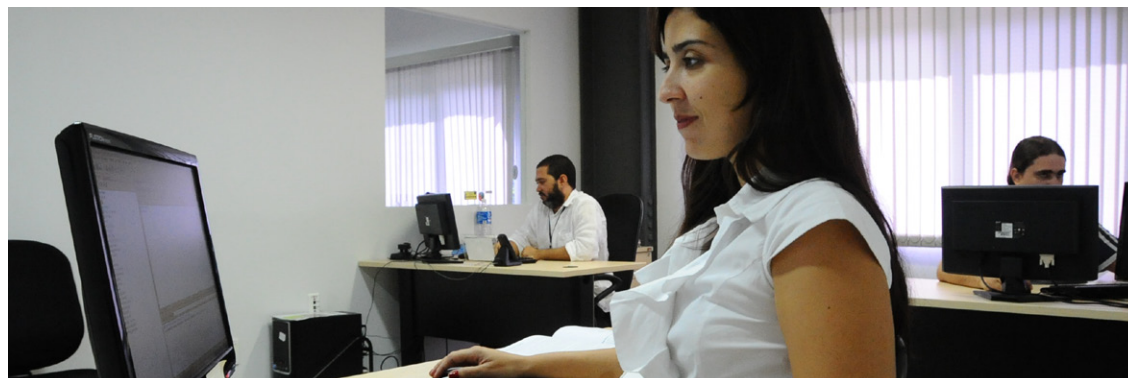
Os itens 6 e 7 do questionário têm a mesma natureza e devem ser respondidos pelos chefes de departamento, podendo ser desenvolvido em um único projeto, prevalecendo assim, a complexidade do item 6.

O item 4 é um item de extrema necessidade para o Sistema Athenas como um todo, uma vez que vem sendo difícil manipular o envio de arquivos para o mesmo e isto impacta no trabalho de diversos departamentos, inclusive na implantação do Gestor de Documentos Eletrônicos, projeto desenvolvido há mais de dois anos e que vem sendo utilizado apenas pelos protocolos gerais do Procurador-Geral e da Diretoria-Geral.

### Registro de Atividades no Gestor de Projetos

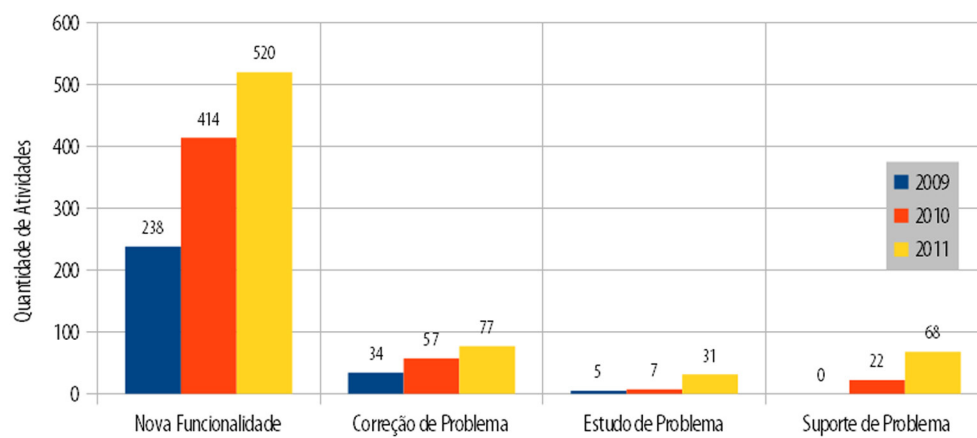
Tipo de atividade	2009	2010	2011
Nova Funcionalidade	238	414	520
Correção de Problema	34	57	77
Estudo de Problema	5	7	31
Suporte de Problema	0	22	68

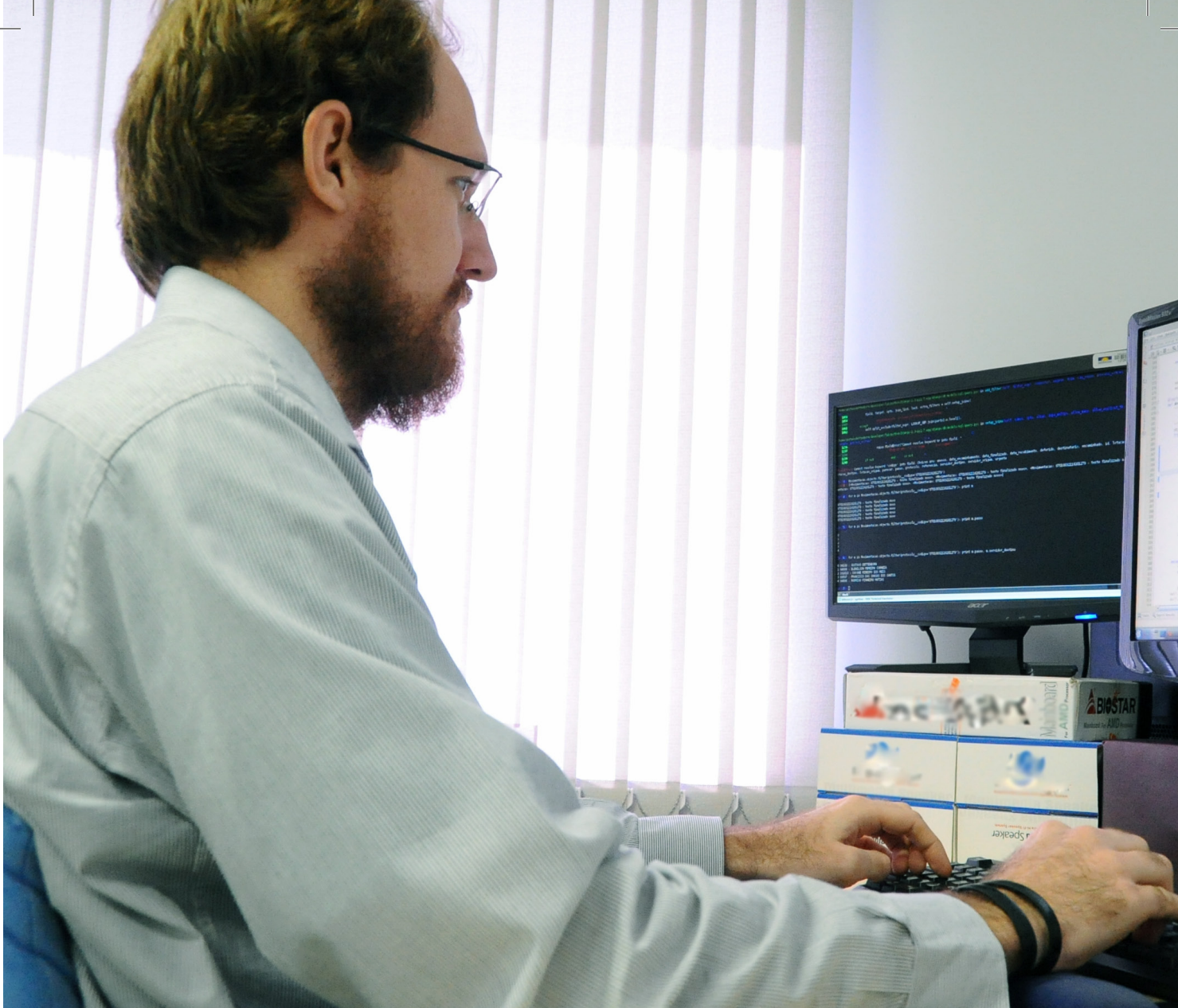
Para compreensão de nomenclatura, entende-se como *nova funcionalidade* partes do sistema que ainda não haviam sido desenvolvidas, enquanto *correção de problema* é a adequação de uma funcionalidade para que ela se comporte da forma desejável ou planejada e estudo de problema ocorre quando sabemos da existência de um problema que necessita de uma correção, mas ainda não sabemos ou não

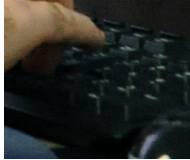
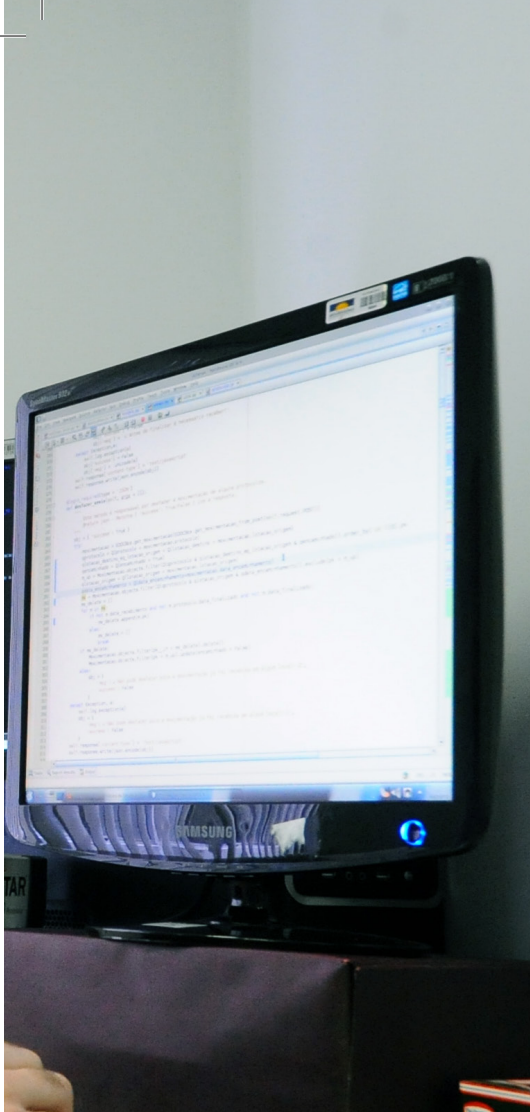


temos segurança da profundidade dos impactos deste problema e por fim, o *suporte de problemas*, que compreende todo o apoio dado ao usuário para um problema que já teve uma correção, com a finalidade de corrigir os dados.

## Demandas de atividades







# Apoio Administrativo

## 5. APOIO ADMINISTRATIVO

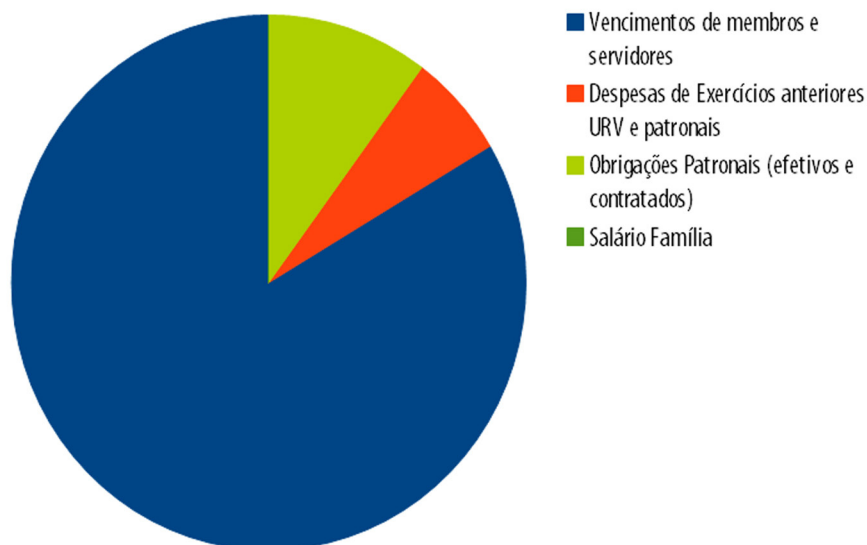
**Objetivo:** Este Programa, de caráter contínuo, padronizado e multissetorial, tem por objetivo prover os meios para a implementação e gestão dos programas finalísticos do Órgão, visando garantir, ininterruptamente, o suprimento e a infraestrutura material e patrimonial para a Procuradoria-Geral de Justiça e as demais Promotorias de Justiça distribuídas pela capital e interior do Estado, com contratos de limpeza e conservação, vigilância, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente, para o abastecimento dos almoxarifados, dentre outros.

**Público-Alvo:** Membros, servidores e sociedade tocaninense

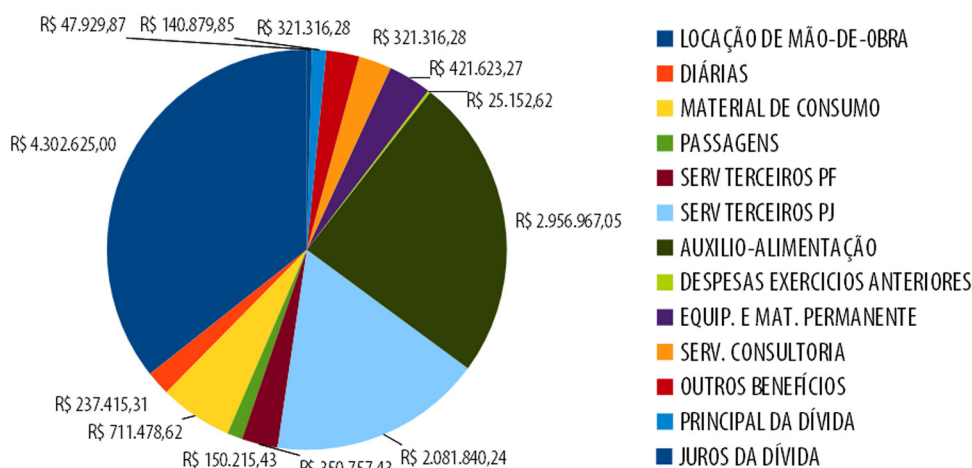
### Execução dos recursos do Programa

Ação	Dotação autorizada	Empenhado	Liquidado
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	R\$ 11.704.615,83	R\$ 11.289.793,31	R\$ 10.212.549,65
Manutenção dos Serviços de Transporte	R\$ 375.245,00	R\$ 346.751,97	R\$ 338.167,72
Ações de Informática	R\$ 405.146,00	R\$ 396.569,09	R\$ 259.305,47
Manutenção de Recursos Humanos	R\$ 76.245.965,00	R\$ 76.134.272,70	R\$ 76.134.272,70
<b>TOTAL DE RECURSOS DO PROGRAMA</b>	<b>R\$ 88.730.971,83</b>	<b>R\$ 88.167.387,07</b>	<b>R\$ 86.944.295,54</b>

### Distribuição das principais despesas do Programa de Apoio administrativo



### Outras despesas



Fonte: Siafem

## 5.1 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Em 2011, os recursos empenhados nesta Ação totalizaram R\$ 11.289.793,31, investimento superior em 54,57% ao valor empenhado em 2010, parte desse aumento deve-se à alocação dos serviços terceirizados em Promotorias de Justiça no interior do Estado.

Em igual grau de importância para os serviços do MPE-TO, a contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) para os servidores e Mapeamento dos Processos do Ministério Público foi um passo importantíssimo rumo ao alcance de três objetivos estratégicos do Órgão: Atrair e Reter Talentos, Ter Padrão de Excelência nos Procedimentos Internos e Otimizar a Utilização de Recursos.

A contratação mencionada também permitirá ao Órgão cumprir diversas oportunidades de melhoria elencadas no Programa Gespública.

Em outro sentido, a Procuradoria-Geral de Justiça buscou valorizar os servidores com a implantação e a implementação de benefícios. Em abril, o Colégio de Procuradores aprovou o auxílio-creche no valor de R\$ 250,00 para servidores que têm filhos ou dependentes menores de seis anos. O auxílio-alimentação, outro benefício oferecido aos servidores do MPE-TO, passou de R\$ 540,00 em janeiro para R\$ 600,00 no mês de junho de 2011.

Outro marco importante para o desenvolvimento das atividades ministeriais foi a realização de processo seletivo para estagiários do curso de direito, o que resultou na convocação de 27 estudantes para desempenhar suas funções junto às Promotorias de Justiça.

Os avanços desta gestão passam também pelo intenso investimento em Patrimônio e Infraestrutura. Em 2011, mais de 600 itens foram adquiridos entre mesas, cadeiras, armários, aparelhos telefônicos, máquina fotográfica, dentre outros, totalizando investimentos na ordem de R\$ 494.406,65. Grande parte das aquisições

foi destinada às novas sedes das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis, Paranã e Miranorte, inauguradas recentemente.

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoxarifado e o percentual de atendimento das solicitações:

### Valor gasto por grupo contábil: Valores globais

Item	Descrição	2010	2011	Evolução
1	Gêneros alimentícios	R\$ 45.282,01	R\$ 51.497,66	13,00%
2	Material de expediente	R\$ 49.966,73	R\$ 53.466,76	7,00%
3	Material de construção	R\$ 8.149,00	R\$ 15.562,06	90,00%
4	Materiais e peças para informática	R\$ 155.811,29	R\$ 169.289,03	8,00%
5	Materiais de telecomunicações	R\$ 2.880,50	R\$ 3.855,25	33,00%
6	Outros materiais de consumo	R\$ 37.331,95	R\$ 37.537,17	0,50%

### Atendimentos/requisições

Item	Descrição	2010	2011	Evolução
1	Promotorias de Justiça do Interior	207	299	35,00%
2	Despachos por Correios	R\$ 2.615,21	R\$ 5.153,30	97,00%

Com a análise das tabelas apresentadas, podemos concluir que houve grande ampliação na prestação dos serviços de reforma das Promotorias de Justiça, influenciando em 99% a ampliação nos gastos com materiais de construção, assim como, em razão da ampliação dos serviços de redes de dados pela Tecnologia da Informação, a aquisição de materiais de telecomunicações teve substancial aumento de 33%.

Outra atividade de grande importância desta ação é a manutenção dos serviços continuados, desempenhada pelo Departamento Administrativo, para os quais também foi estabelecido um paralelo de gastos em relação ao ano anterior, conforme segue:

Despesas com Telefonia	2010	2011
Telefonia Fixa	R\$ 316.425,94	R\$ 240.356,41*
Telefonia Móvel	R\$ 43.060,56	R\$ 5.337,62*

\*Alguns débitos foram contestados e não pagos, em razão de erro da operadora na impressão das faturas.

Despesas com Fornecimento de Energia	2010	2011
Palmas e Interior	R\$ 206.000,00	R\$ 300.000,00

Despesas com Fornecimento de Água	2010	2011
Palmas e Interior	R\$ 24.963,28	R\$ 62.000,00

Despesas com Locação de Imóveis	2010	2011
Valor Total	R\$ 196.841,61	R\$ 229.675,98



## Licitações

Quanto aos procedimentos licitatórios, ao longo do exercício de 2011, foram adjudicados e homologados 29 (vinte e nove) procedimentos licitatórios; 02 (dois) foram declarados desertos, 02 (dois) foram revogados, 06 (seis) encontram-se em fase de homologação, 01 (um) em fase de habilitação, 04 (quatro) em fase de publicação e 01 (um) em andamento.

### Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Quantidade de processos autuados
Convite	0
Concorrência	02
Pregão Presencial	39
Pregão Eletrônico	08
Dispensa de Licitação	72
Inexigibilidades	21
Suprimento de Fundos	04
TOTAL	146

Fonte: Siafem e Sistema de Protocolo (SPL)

Quanto ao volume licitado, destaca-se o montante de R\$ 8.690.505,84 (oito milhões, seiscentos e noventa mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos), dos quais R\$ 3.027.747,30 são registros de preços, com destaque para o Pregão nº 007/2011 registro de preços para mobiliários no valor de R\$ 478.670,00 e o Pregão nº 012/2011 registro de preços para aquisição de veículos no valor de R\$ 518.479,99.

Cabe ressaltar, ainda, que no decorrer de 2011, houve apenas uma adesão à Ata de Registro de Preços de outras Instituições (Secretaria Estadual da Fazenda para a reforma de cadeiras, poltronas e longarinas). Em contrapartida, houve 13 (treze) pedidos de adesões "caronas" de diferentes órgãos (Tribunal de Contas do Estado, Unitins, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Igeprev, Tribunal de Justiça, Secretaria Estadual da Segurança, Justiça e Cidadania, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas e Secretaria Municipal de Educação de Palmas) às atas do MPE.

## Gestão de contratos

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça realiza a gestão de 121 contratos vigentes, dos quais 56 foram firmados em 2011. Enfatiza-se que nos contratos de serviços, de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo, foram ajustados 41 aditivos, tendo sido realizada ainda a prorrogação de prazo dos contratos de locação dos prédios sede de Promotorias no interior, no total de 20. Atribuições essas a cargo da Área de Contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos, cujos pagamentos são mensais.

## Engenharia/Arquitetura e Manutenção

Outra área que se destacou no exercício de 2011, a Área de Engenharia e Arquitetura desenvolveu várias atividades em prol da consecução das metas de infraestrutura do Ministério Público, cabendo destacar:

- Desenvolvimento de projetos arquitetônicos, elétrico, estrutural e hidrossanitário, para a construção dos prédios das comarcas de Arraias, Natividade, Porto Nacional e Taguatinga;
- Planejamento e levantamento de custo de obras para a construção dos prédios das comarcas de Arraias, Natividade, Porto Nacional e Taguatinga;
- Execução, fiscalização e conclusão das obras das comarcas de Paranã, Miranorte e Tocantinópolis;
- Execução e fiscalização da obra da estrutura que abrigará o elevador privativo aos membros da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Vistoria e análise de terrenos a serem doados ao Ministério Público do Estado do Tocantins, para construção de futuras sedes;
- Elaboração de projeto e execução de modificação interna do prédio da PGJ, nos seguintes departamentos: Tecnologia da Informação; Administrativo; Planejamento; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Cerimonial; Assessoria Jurídica; Assessoria Militar; Delegacia; CAOP dos Direitos Humanos; Secretaria do Colegiado e Conselho de Procuradores; Arquivo Geral; Expediente; Chefia de Gabinete do PGJ e Recepção do Gabinete do PGJ;
- Reforma e ampliação do Centro Médico e Guarita da PGJ;
- Desenvolvimento de projeto de mobiliário para o Consultório Odontológico e Arquivo Geral;
- Conclusão da implantação do controle de acesso interno e externo do Prédio PGJ;
- Assessoria aos membros em processos correlatos às áreas de Engenharia Civil, elétrica e arquitetura, mediante a emissão de laudos técnicos;
- Vistoria de imóveis locados em municípios do interior, utilizados para abrigar as Promotorias de Justiça;
- Manutenção preventiva de subestação de energia, na PGJ;
- Elaboração de projeto de circuito fechado de televisão para o prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Acompanhamento de processos licitatórios de obras e áreas afins;
- Vistoria para averiguação das condições de tráfego das rodovias estaduais;
- Assessoria às áreas de manutenção e patrimônio da PGJ;

Considerando a importância de boas instalações para o desempenho das atividades pelos membros e servidores, as quais refletem diretamente na sua produtividade, a Área da Manutenção e Segurança executou pequenas reformas e/ou reparos nas Promotorias de Justiça de Almas, Araguaçu, Dianópolis, Paraíso do Tocantins, Pium e Ponte Alta do Tocantins.

## Controle Interno

Cumpra também ressaltar a importância da ação de controle interno no órgão, responsável pelo Controle da gestão orçamentária, administrativa, financeira, patrimonial e contábil desta PGJ e do FUNCESAF; Acompanhamento da execução orçamentária e dos Programas de Trabalho; Emissão de notas de orientação visando, especialmente, a racionalização da despesa e a eficácia da gestão; Acompanhamento da legalidade dos atos e procedimentos e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil; entre outras atividades correlatas ao controle, que vem sendo fortalecido durante a gestão atual, alcançando os seguintes resultados em 2011:

Principais atividades	Ano 2010	Ano 2011*
Notas de orientação técnica	5	9
Pareceres técnicos diversos	124	83
Despachos	148	92
Memorandos	76	91
Memórias de cálculos para ressarcimento	195	171
Empenhos vistados*	1392	1136
Pagamentos liberados diversos*	4222	3615
Remessa sicap-ap assinadas	4	3
Suprimentos de fundos analisados	4	4

Legenda: \*Até o fechamento deste relatório

Ressaltamos, por oportuno, que todos os procedimentos administrativos de despesas passam obrigatoriamente pela Assessoria de Controle Interno para conferência nas principais fases da despesa pública (Dotação Orçamentária, Nota de Empenho, Liquidação e Pagamento).

Em atenção aos artigos 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram elaborados e dada ampla publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal referentes aos três quadrimestres do ano. A Prestação de Contas anual do exercício de 2010 foi analisada, sendo emitidos pelo Controle Interno o Relatório de Auditoria e o Certificado que o acompanha para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

Cumpra também ressaltar os novos serviços implementados pela Assessoria de Controle Interno para o exercício de 2011:

Com a finalização/implementação do sistema Athenas pelo Departamento de Tecnologia da Informação, a Assessoria de Controle Interno iniciou um trabalho de verificação via sistema dos pagamentos relacionados à folha de pessoal mês a mês. Atualmente, esta análise prévia via sistema relaciona-se aos processos de auxílio- alimentação, auxílio-creche, PAE e URV permitindo, assim, a correção de inconsistências antes da efetivação do pagamento aos membros e servidores.

Destaca-se, também, que neste ano de 2011 a Procuradoria-Geral de Justiça passou a gerir os contratos de fiscalização das obras de construção de novas sedes para as Promotorias de Justiça do interior, exigindo do setor conhecimento específico e maior atenção na análise dos aludidos processos.

## Clima Organizacional

A Procuradoria-Geral de Justiça, no decorrer de 2011, continuou priorizando as ações definidas no Planejamento Estratégico, visando oportunizar um ambiente de inovação, criatividade e harmonia do clima organizacional, por meio de promoção humana, qualidade de vida, valorização e motivação para o trabalho.

Nesta concepção, a promoção de um ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam desempenhar suas atividades com excelência.

Assim, por meio do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Área de Saúde, vários eventos foram realizados, conforme segue:

### Atividades de Promoção à Saúde

- 9 e 11 de fevereiro- Campanha de doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea;
- 21 de fevereiro- Campanha de vacinação;
- 3 de março- Atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher;
- 24, 25 e 26 de maio- Campanha de vacinação;
- 31 de maio- Atividade alusiva ao Dia Mundial sem Tabaco; Aulão de Ginástica Laboral - Tema: “Diga Não ao Cigarro e Sim à Atividade Física”;
- 21 de junho- Campanha de vacinação - Influenza (gripe comum);
- 30 e 31 de agosto- Campanha de vacinação;



- 10 e 11 de novembro- Campanha de vacinação;
- Realização de análise biomecânica e orientação ergonômica individualizada e pontual;
- Realização de Ginástica Laboral na sede da Procuradoria duas vezes por semana.

As ações de interação, integração e motivação dos membros e servidores foram intensificadas com o desenvolvimento de um conjunto de ações de qualidade de vida visando ao fortalecimento e valorização do quadro de pessoal da Instituição, assim, foi realizada nos 17 a 21 de outubro: II Semana da Saúde do Ministério Público - Tema: "Ter Saúde é Saber Viver", com a participação expressiva dos integrantes da Instituição .

### Semana da Saúde

Atividades	Participantes
Café da manhã saudável	Abertura
Atividades de alongamento e relaxamento	20 pessoas
Tratamento facial	60 pessoas
Maquiagem	44 pessoas
Aferição de Pressão Arterial	120 pessoas
Verificação de Glicemia	120 pessoas
Cálculo de IMC	120 pessoas
Orientações para Doação de Sangue e Cadastro de Medula	08 pessoas
Atividade de promoção de saúde bucal	Livre demanda
Aula de Cardiodance	20 pessoas
Massagem relaxante	42 pessoas
Doação de Sangue e Cadastro de Medula	18 pessoas
Palestra "Sua pele é show"	Encerramento
Show de humor	Encerramento

Ainda na visão de melhoria do clima organizacional e realização de ações de garantia da saúde, também foram realizados, no decorrer de 2011, vários atendimentos a membros e servidores, conforme destacado abaixo:

### Atendimentos – Área de Saúde

Profissionais	Número de atendimentos
Enfermagem	1729
Fisioterapia	1206
Médico	934
Odontologia	1015
Psicologia	62
Visitas Técnicas	3

## 5.2 Manutenção dos Serviços de Transporte

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça possui uma frota de 40 veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, distribuídos nas diversas unidades desta Instituição. O controle de manutenção desta frota é realizado por meio de sistema informatizado, possibilitando manter e atualizar todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção, gerenciamento do abastecimento, possibilitando uma melhor administração e maior economia.



A utilização desta ferramenta de gestão viabiliza não só o efetivo controle, como a produção de relatórios gerenciais, fundamentais para a administração. São fornecidas, também, orientações para todas as Promotorias de Justiça quanto aos procedimentos e exigências de ordem legal para a utilização dos veículos e o atendimento aos membros e servidores.

A dotação orçamentária autorizada para manutenção de transportes no ano de 2011 foi de R\$ 375.245,00, sendo cerca de R\$ 109.618,28 referentes ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel), derivados e peças, R\$ 52.732,03, para pagamentos de diárias e 74.944,42 para realizar os serviços de manutenção e outras atividades do setor, conforme ilustrado na tabela abaixo:

**Comparativo de despesas 2010/2011**

Despesas	Despesas Liquidas (R\$)	
	2010	2011
Combustíveis e lubrificantes automotivos	120.924,78	109.618,28
Material para manutenção de veículos	58.900,89	52.732,03
Seguros	40.329,00	44.631,87
Diárias no país	79.595,00	74.944,22
Serviços de lava a jato	6.568,00	7.234,00
<b>Total</b>	<b>306.207,90</b>	<b>289.160,40</b>

Fonte: Siafem

Convém destacar a política de controle de gastos efetivada pela gestão, uma vez que, ao longo do exercício, a Instituição conseguiu manter os gastos com a frota de veículos equivalentes aos de 2010.

## 5.3 Ações de Informática

As ações da área de Tecnologia da Informação são fundamentais para o bom andamento dos trabalhos no MPE-TO. Em 2011, foram realizados 3.116 atendimentos de manutenção e suporte em informática, número que representa um aumento

significativo no volume de trabalhos executados, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Local	2010	2011
Capital	2062	3045
Interior	49	71

Além disso, a seção de redes foi toda reestruturada para melhorar a segurança e a integridade dos dados e foram implantadas políticas mais efetivas com novos servidores de rede, permitindo garantia contra vírus, invasões e perda de informações e um melhor controle de toda a estrutura de TI.

Outras atividades realizadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação em 2011, foram:

- Instalação e habilitação de pontos de redes;
- Reparo em ponto de rede;
- Inclusão dos servidores de rede nas rotinas de backup;
- Controle e cadastro de usuários;
- Criação e configuração de permissões de acessos a arquivos;
- Controle de acesso à internet;
- Instalação de cabos de redes, patch panel e racks;
- Configuração de redes cabeadas e wireless;
- Implantação de servidores IPS e IDS, para detecção e prevenção de intrusão;
- Implantação do sistema OS Inventory para realização de inventários de computadores do MPE-TO;
- Instalação e configuração do Audit, para monitoramento a acesso a arquivos compartilhados, ou seja, realização de auditoria;
- Inclusão de novas regras para melhoria do firewall e Squid, melhorando a segurança da estrutura de rede de dados e acessos;
- Configuração e testes para implantação de host gateway de e-mail MXHero;
- Implantação do Openfire, o mensageiro institucional;
- Implantação do novo servidor de e-mail ZIMBRA;
- Acompanhamento e cadastro de membros e servidores no sistema de acesso ao prédio sede, as catracas;
- Instalação do pacote de sensor de temperatura dos servidores de rede;
- Criação de rotinas de monitoramento de temperatura dos servidores de rede;

- Implantação de servidores virtuais;
- Atualizações de firmwares de switches, servidores de rede e roteadores;
- Implantação do novo servidor web e de e-mail com filtro anti-spam;
- Implantação do protocolo Kerberos para autenticação segura em arquitetura cliente-servidor;
- Configuração do Firewall UTM Zentyal para substituição das antigas tecnologias utilizadas;
- Configurações e adequações de DNS, S, firewall, servidores de redes, Samba, VPN, DHCP, Antivírus, Proxy, LDAP e Controle de banda;
- Implantação de seguranças e serviços para acesso remoto;
- Implantação do Pentaho.

## 5.4 Manutenção de Recursos Humanos

Em 2011, o Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, observando as metas do Planejamento Estratégico 2010 – 2018, desta Instituição, desenvolveu os processos de pagamento, cadastro e desenvolvimento de pessoas, capacitação, seleção de estágio e promoção da qualidade de vida dos servidores.

Para garantir a política de recursos humanos, baseada na gestão estratégica de competências e de pessoas, foram investidos 76.134,272,70, que representa o percentual de 99,85% obtido da relação entre despesas empenhadas e despesas autorizadas.

Quanto à carreira de apoio, houve um incremento de 06 (seis) novos servidores, em relação ao exercício de 2010, representando uma variação de 0,02% sobre o total existente, preenchidos no decorrer do exercício, conforme demonstrado:

### Carreira de Apoio

Nível Funcional	Existente 2010*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral)	Existente 2011*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral)	Var (%)
AMI – Analista Ministerial	126	123	139	133	0,1
AME – Analista Ministerial Especializado	66	61	64	56	-0,03
TME – Técnico Ministerial Especializado	18	18	18	16	0
TCM – Técnico Ministerial	116	107	114	106	-0,02
<b>TOTAL</b>	<b>387</b>	<b>368</b>	<b>393</b>	<b>365</b>	<b>0,02</b>



Nível Funcional	Existente 2010*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral)	Existente 2011*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral)	Var (%)
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16	18	15	0
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13	13	13	0
OFD – Oficial de Diligências	15	15	12	12	-0,2
MOP – Motorista Profissional	9	9	9	9	0
MOT - Motorista	6	6	6	5	0
<b>TOTAL</b>	<b>387</b>	<b>368</b>	<b>393</b>	<b>365</b>	<b>0,02</b>

Fonte: Folha de Pagamento \*(cedidos, licenciados e afastados)

A instituição conta com 582 colaboradores, a carreira de apoio corresponde a 365 (62,71%) do total, conforme tabela acima. Destes, 189 colaboradores, que correspondem a (51,78%) do pessoal de apoio, ocupam o cargo de analista, fato que denota o alta grau de especialização no quadro de pessoal desta Instituição.

Assim, para atingir sua missão institucional, em 2011, a Procuradoria-Geral de Justiça contava com o efetivo de 582 profissionais, sendo que 28 componentes de seu quadro encontravam-se cedidos a diversos órgãos da Administração, em sua maioria no âmbito estadual.

### Resumo de membros e servidores do Ministério Público

Nível Funcional	Existente 31/12/2010	Movimentação					Existente 31/12/2011
		Nomeados	Exonerados	Aposentados/falecidos	Promovido	Cedidos/Licenciados	
Procuradores	12	1	0	1	0	0	12
Promotores	110	2	1	1	1	0	109
Servidores	360	19	14	0	0	28	393
Comissionados	38	7	3	0	0	0	42
Requisitados	18	8	0	0	0	0	26
<b>TOTAL</b>	<b>538</b>	<b>37</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>28</b>	<b>582</b>

Fonte: Departamento de Recursos Humanos





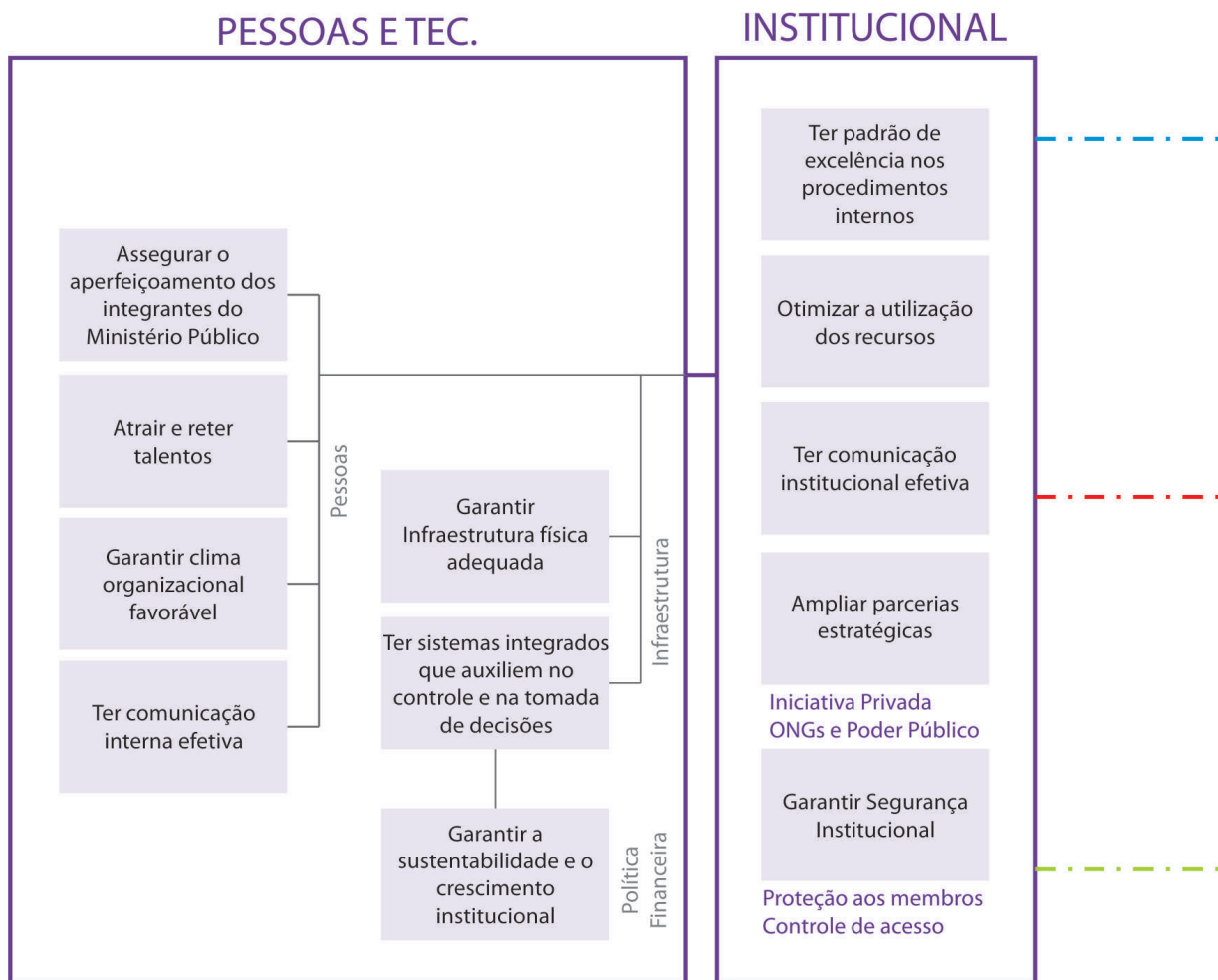
# Planejamento Estratégico

## 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2018

**Missão:** Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

**Visão:** Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

### Mapa Estratégico do MPE-TO

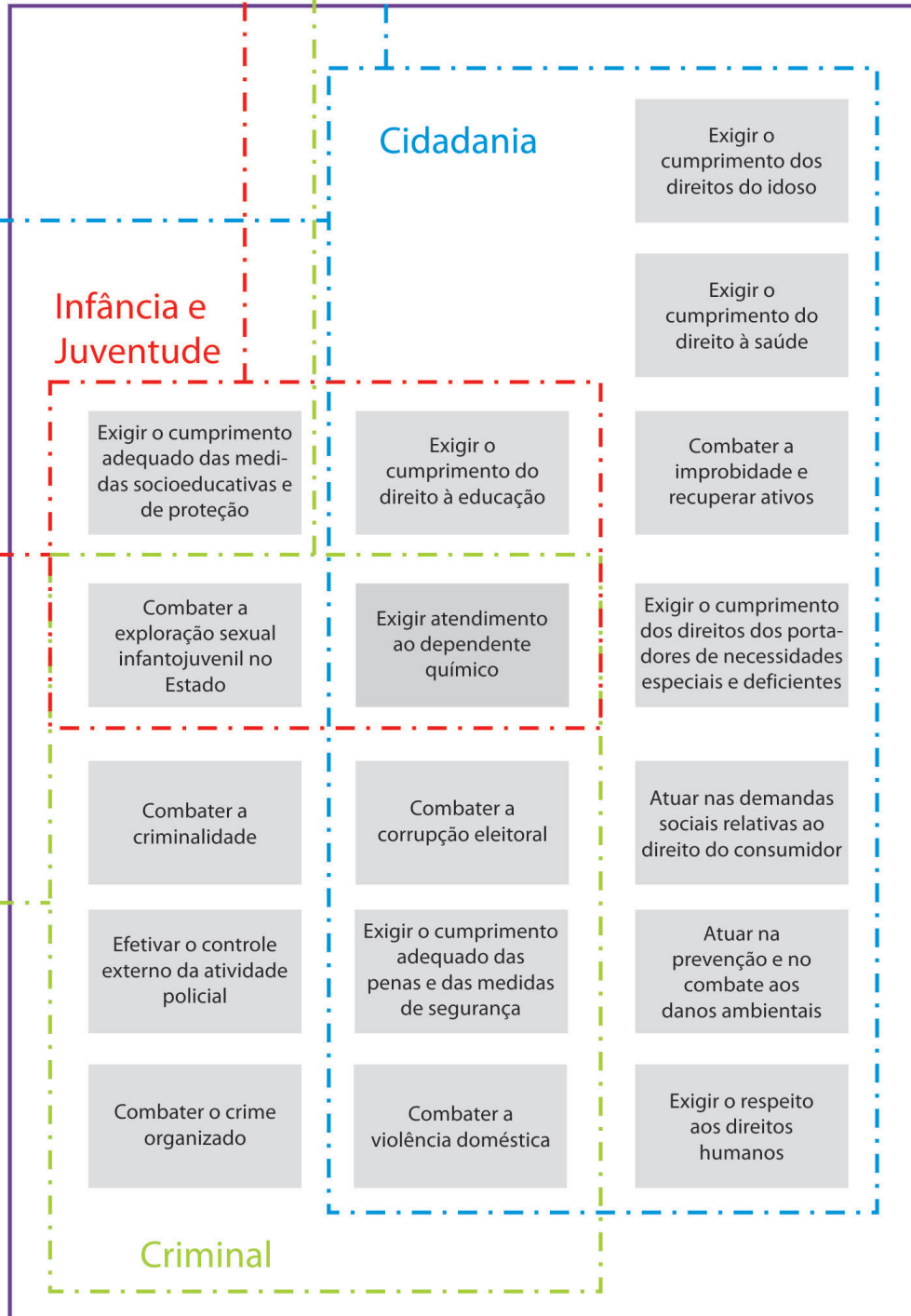


*Ser reconhecida como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais*

Confiável  
Eficaz  
Fiscal da Lei  
Independente  
Acessível  
Humanizado  
Popular

V9 29/03/10

## PROCESSOS INTERNOS



Um dos principais responsáveis pelos avanços obtidos na gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins, o Planejamento Estratégico promoveu, em 2011, a continuação das mudanças necessárias para o alcance dos objetivos traçados.

Destas mudanças, podemos ressaltar o esforço para cumprimento das metas e alcance dos objetivos em três eixos: Recursos Humanos, Tecnologia e Infraestrutura. No entanto, os resultados positivos para o órgão vão muito além dos objetivos assinalados nestas perspectivas, pois em praticamente todos os pontos de análise houve avanços significativos.

Outro passo importante foi a ativação de diversos indicadores, cuja insuficiência de dados impossibilitou sua alimentação no exercício de 2010. Tal feito só foi possível pelo avanço na coleta de dados e pela significativa evolução do Relatório de Atuação Funcional, para o qual se esperam novas melhorias já para o exercício de 2012.

Para melhor ilustrar o assunto, apresentamos a seguir o quadro completo dos indicadores estratégicos do Ministério Público:

## Indicadores estratégicos do Ministério Público

Legenda – Situação da Cumprimento da Meta:

- Acima da meta
  De 95% a 100%
  De 65% a 94%
  Abaixo de 65%
   
 Não iniciada

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2010	Resultado 2011	Meta 2011
Pesquisa de satisfação	Bienal	-	-	-
Pesquisa de satisfação no atendimento	Mensal	64,84%	-*	65%
Total de Ações dos membros do Ministério Público	Anual	76.768	119.288	106.023
Ações para o cumprimento das medidas sócioeducativas	Trimestral	845	4.189	235
Ações para o cumprimento das medidas de proteção	Trimestral	306	782	235
Ações para o cumprimento da política pública de educação	Trimestral	1*	1	100
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico	Trimestral	-*	13	65
Ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.	Trimestral	-*	-*	60
Ações de combate à criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	Mensal	45.467	62.840	100.000
Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações	Mensal	-*	-*	55%
Palestras de combate à criminalidade	Semestral	-*	4	132
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades policiais	Mensal	-*	-*	600
Recomendações de melhorias requisitadas	Mensal	-*	5	750
Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial	Mensal	85	235	210
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades prisionais	Mensal	-*	4	88

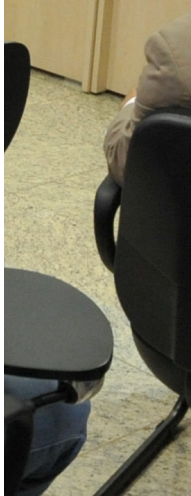
Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2010	Resultado 2011	Meta 2011
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas	Trimestral	964	1.814	450
Ações de combate ao crime organizado	Trimestral	644	297	180
Ações de combate à violência doméstica	Trimestral	2.208	5.495	2.328
Ações de fiscalização da execução da política para pessoas com necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida e deficientes.	Trimestral	-*	3	60
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Trimestral	19*	51	60
Ações de fiscalização da execução da política pública da saúde	Trimestral	67	101	88
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	Trimestral	286	2.009	106
Ações de execução (eleitoral)	Semestral	-*	2349	6.600
Ações de conscientização (eleitoral)	Semestral	1*	-*	22
Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente	Trimestral	1.444	4.157	132
Campanhas educativas/palestras/ações de execução	Trimestral	26	192	12
Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor	Trimestral	20*	823	132
Parcerias realizadas	Semestral	10	15	18
Adequação em segurança	Mensal	33,65%	50%	50%
Nota Gespública	Anual	109	201,3	250
Abrangência Gespública	Semestral	33,65%	33,65%	50%
Custo médio por processo	Trimestral	R\$ 1.163,59	R\$ 861,12	R\$ 836,25
Cumprimento do plano de comunicação	Trimestral	33,00%	30%	66%
Horas de aperfeiçoamento	Trimestral	9,71	15,59	16
Melhorias implementadas /aperfeiçoadas após capacitação	Trimestral	-*	-*	68%
Rotatividade	Mensal	23,90%	0,33%	3,50%
Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional	Semestral	59,00%	-*	68%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	Trimestral	12	30	8
Adequação da comunicação interna	Bimestral	-*	30%	66%
Adequação da infraestrutura tecnológica	Mensal	15,00%	28,00%	30%
Adequação da infraestrutura física	Mensal	15,00%	31,43%	30,00%
Percentual de sistemas integrados	Bimestral	54,44%	59,28%	56%
Participação orçamentário financeira	Mensal	2,95%	2,95%	2,60%
Execução do Orçamento disponibilizado	Anual	96,08%	99,09%**	100,00%

\* O sistema de coleta de informações do Relatório de Atividades Funcionais (RAF) vem sofrendo constantes adaptações, com o objetivo de mensurar as atividades com maior detalhamento, por área de atuação.

\*\*Para cálculo do percentual de Execução Orçamentária do MPE-TO foram excluídos os recursos da fonte 5236-Doações, em razão da rescisão do contrato com o Banco Bradesco S.A. e consequente devolução dos recursos disponibilizados.







# Gespública



## 7. GESPÚBLICA

Cumprindo as metas de evolução da Gestão, o Ministério Público do Estado do Tocantins concluiu, em 2011, seu segundo ciclo de autoavaliação da gestão, seguindo os critérios do Programa Federal de Modernização e Desburocratização da Gestão Pública (Gespública).

O resultado do trabalho consolidado mostra que houve significativa melhoria nos critérios avaliados. A autoavaliação, com nota final de 201,3 pontos dos 250 possíveis de serem alcançados nesta fase do Programa, reflete o esforço empreendido pela Alta Administração para cumprir as melhorias propostas no ano anterior.

Com o objetivo de manter uma rotação entre os servidores que participam do programa como voluntários, em 2011, novos servidores integraram a equipe e somaram experiências positivas nesta busca pela Excelência na gestão.

Os resultados positivos das experiências do MPE-TO com o Gespública levaram a Instituição a ser convidada para assumir a ancoragem do Programa no Tocantins.

O resultado porém, demonstra que a gestão deve continuar sua busca pela Excelência realizando novas oportunidades de melhoria, como demonstra o relatório de execução a seguir:

### Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins

Legenda – Situação da Execução:

Concluída
  Em andamento
  Atrasada
  Não iniciada

Liderança				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Dar publicidade plena das soluções adotadas	Diretoria de Expediente	2010	2012	Concluída
Estabelecer relatórios padronizados sobre a atuação de cada departamento, a serem apresentados nas reuniões periódicas, visando auxiliar a alta administração na tomada de decisões pró-ativamente	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2012	Em andamento
Divulgação da missão e atuação do Ministério Público nas Escolas e Universidades para que a sociedade possa conhecer e buscar os serviços	Assessoria de Comunicação	2011	2012	Em andamento
Definição da organização do trabalho a partir das estratégias estabelecidas e alinhada ao mapa estratégico do MPE-TO	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento
Melhorar os requisitos mínimos para a ocupação de funções de confiança e cargos comissionados	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento
Reconhecimento em público do servidor que, no caso de alcance de recordes, obtenção de certificações, prêmios ou outros fatos significativos, multiplique conhecimento ou prática que resulte na melhoria institucional	Gabinete da P.G.J.	2010	2011	Em andamento
Alteração do Regimento Interno do órgão para dirimir as interpretações pessoais sobre as atividades a serem desempenhadas por cada setor	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento

Estratégias e Planos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Divulgar as estratégias, metas, planos de ação e parcerias existentes;	Assessoria de Comunicação	2010	2011	Concluída
Criação do "Dia D do <b>Gespública</b> " na Instituição	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	Em andamento
Montar times de projetos que acompanhem a efetiva implementação das decisões tomadas	Gabinete da P.G.J.	2010	2011	Em andamento
Estabelecer a criação de benchmarking para os indicadores estratégicos, bem como o desenvolvimento de métodos capazes de sugerir metas que sejam ao mesmo tempo factíveis e desafiadoras (aperfeiçoar os indicadores para adequá-los aos de outros MP's e ao CNMP)	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2012	Em andamento
Alteração do Regimento Interno visando aprimorar as funções e a forma de gestão	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento
Alinhar o Planejamento Estratégico com os programas e ações do PPA	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	Concluída
Implantação de Sistema Gerencial	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	Em andamento
Criar metas para os programas sociais existentes e assegurar o seu cumprimento	Área de Saúde	2010	2011	Em andamento
Revisar periodicamente os objetivos da instituição no campo da responsabilidade socioambiental	Comissão de Gestão Ambiental	2011	2012	Em andamento
Conhecer o que as outras Procuradorias de Justiça e demais órgãos têm realizado para alcançar a excelência	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	Concluída
Implantação de sistema de informações gerenciais integrado	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	Em andamento
Constituição de grupos de trabalho, fóruns e comitês multifuncionais para troca de experiência, como forma de otimização do esforço	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento

Cidadão e Sociedade				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Disseminar as atribuições do MPE-TO a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão;	Assessoria de Comunicação	2010	2012	Em andamento
Especializar os profissionais da recepção para que o atendimento inicial do cidadão seja encaminhado aos setores com a devida competência no menor prazo possível;	Assessoria de Cerimonial	2010	2012	Em andamento
Definir três representantes da equipe do Gespública para acompanhar a implementação da pesquisa de satisfação do atendimento	Equipe do Gespública	2011	2011	Concluída
Aperfeiçoar o Portal de Transparência, de forma que facilite o acesso do usuário às informações	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	Em andamento

Cidadão e Sociedade				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Sistematizar e realizar pesquisa de satisfação	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	Em andamento
Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento
Sistematizar a realização da pesquisa de satisfação do cidadão-usuário com aplicação contínua e/ou periódica (possibilidade de utilização telemarketing) (deve-se levar em conta a simplicidade e a individualidade dos cidadãos atendidos para que a pesquisa tenha resultados verídicos)	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	Em andamento
Implantar terminal(is) eletrônico(s) para aplicação das pesquisas de satisfação ao cidadão, acompanhamento de processos e informações sobre os serviços oferecidos na recepção do órgão	Gabinete da P.G.J.	2010	2013	Concluída
Qualificar os servidores responsáveis pelo atendimento na recepção, para realizar uma triagem, verificando se a questão é de atribuição do MPE-TO ou de outro órgão, de modo que se torne mais ágil e eficiente o encaminhamento a promotoria ou departamento adequado para resolução do problema do cidadão	Assessoria de Cerimonial	2011	2012	Em andamento
Desenvolver pesquisas de satisfação direcionadas aos cidadãos-usuários	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	Em andamento
Informação e Conhecimento				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Divulgar a estratégia nas revistas e relatórios da Instituição	Assessoria de Comunicação	2011	2011	Concluída
Disseminar a metodologia e os resultados alcançados pelo <b>Gespública</b> para os servidores, através de reuniões, vídeos e apresentações com áudio em momentos de grande fluxo, inserção de notícias no contra cheque, rodapé de memorandos, entre outros, ao longo de todo o ano, visando manter o interesse pelo programa	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	Em andamento
Padronização da comunicação interna em todos os níveis da administração possibilitando transparência nas ações de gestão	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2011	Em andamento
Publicidade das campanhas e projetos institucionais	Assessoria de Comunicação	2010	2012	Concluída
Disseminar as atribuições do MPE-TO, a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão	Assessoria de Comunicação	2010	2012	Em andamento
Aperfeiçoar o Portal de Transparência, de forma que facilite o acesso do usuário às informações	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	Em andamento

Informação e Conhecimento				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento
Maior divulgação das atividades que estão sendo desenvolvidas pela instituição	Assessoria de Comunicação	2010	2011	Concluída

Pessoas				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Ampliar e tornar eficazes os canais de comunicação	Assessoria de Comunicação	2010	2011	Concluída
Realizar palestras que abordem os temas: responsabilidade social, ética no serviço público e papel do agente público	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	Em andamento
Revisão do PCCS e criação do Estatuto dos Servidores do Ministério Público, no intuito de atrair e reter talentos na instituição e valorizar a execução das tarefas	Gabinete da P.G.J. / Colégio de Procuradores de Justiça	2010	2012	Em andamento
Distribuição da força de trabalho para designação de atribuições, observado o perfil e desempenho individual para ampliação da satisfação no trabalho e melhoria nos resultados	Gabinete da P.G.J.	2010	2013	Em andamento
Implementação do incentivo Auxílio Creche para valorização profissional dos servidores em exercício e garantia de assistência aos filhos e dependentes até 6 anos de idade em creches e pré-escolas	Gabinete da P.G.J.	2011	2011	Concluída
Criação de sitio eletrônico do Cesaf, para divulgar as atividades de aperfeiçoamento e concentrar as ferramentas de coleta e divulgação das informações de capacitação	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	Em andamento
Definição, por parte do Cesaf, de estratégias de capacitação, metas a serem alcançadas e áreas críticas	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2010	2013	Em andamento
Implantação e acompanhamento de exames periódicos de saúde dos Integrantes para os casos de risco detectados pela Área de Saúde	Área de Saúde	2011	2012	Em andamento
Reaplicar e avaliar sistematicamente a pesquisa de Clima Organizacional, para mensuração do grau de bem-estar e da satisfação das pessoas que compõem a força de trabalho	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2011	2011	Em andamento
Desenvolver palestras, seminários e reuniões onde serão levantadas e discutidas questões relacionadas à satisfação, bem-estar e motivação das pessoas	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2010	2012	Em andamento
Criar um instrumento de avaliação das condições de trabalho	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2010	2011	Concluída

Pessoas				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Reaplicar e avaliar sistematicamente pesquisa de clima organizacional que permita identificar os fatores que afetam a satisfação da força de trabalho, sem vinculação com outros instrumentos	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2011	2011	Em andamento
Implementação de Curso de Integração no ingresso dos integrantes do MPE-TO	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2010	2012	Concluída

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Implantação de sistema gerencial administrativo e financeiro, que proporcione comunicação de dados entre os diversos departamentos, permitindo unificação do banco de dados e aglomeração de relatórios, objetivando maior interatividade, menor tempo gasto na sua alimentação, eliminação do retrabalho e garantia da confiabilidade das informações	Comissão Permanente de Licitação	2010	2013	Em andamento
Exigir que os projetos e ações da Instituição forneçam informações detalhadas do seu impacto no cumprimento das metas estratégicas, com anuência das partes envolvidas, subsidiando a tomada de decisões	Gabinete da P.G.J.	2011	2012	Em andamento
Implantação de sistema eletrônico de comunicação interna e externa, com certificação digital, que tenha abrangência entre membros e servidores, com o objetivo de envio de correspondências, memorandos, ofícios, entre outros documentos, com vistas a economia, preservação do meio ambiente e melhoria do alcance da comunicação	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	Em andamento
Implementar a divulgação dos serviços através de cartilhas explicativas sobre os processos internos (utilizar experiências de outros Ministérios Públicos)	Assessoria de Comunicação	2011	2012	Em andamento
Disseminação da Educação Ambiental em todos os setores	Comissão de Gestão Ambiental	2010	2012	Em andamento
Desenvolver e aperfeiçoar mecanismos para a formação de uma rede de informações e intercâmbio entre as entidades de controle social, visando a moralização dos poderes públicos constituídos e a divulgação de boas práticas Administrativas de transparência	Gabinete da P.G.J.	2010	2012	Em andamento
Implementação de um Estatuto dos Servidores do Ministério Público	Gabinete da P.G.J. / Colégio de Procuradores de Justiça	2010	2012	Em andamento
Implantação do protocolo HTTPS para o acesso ao webmail	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2011	Em andamento

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Implantação de mecanismos criptográficos para garantir a confidencialidade na autenticação de usuários na rede local	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2011	Concluída
Padronização das rotinas e da elaboração de documentos, facilitando a localização futura	Diretoria de Expediente	2010	2012	Em andamento
Implantação de um sistema de gestão de documentos físicos e eletrônicos, tipo GED (Gestão Eletrônica de Documentos)	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	Em andamento
Normatização e ampliação da divulgação de documentos no sítio eletrônico (portal da transparência e outros acervos pertinentes)	Diretoria de Expediente	2010	2012	Concluída
Conhecer o que as outras Procuradorias de Justiça e demais órgãos têm realizado para alcançar a excelência	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	Concluída
Firmar convênios/acordos de cooperação na área de práticas de excelência e processos internos	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	Em andamento
Normatização dos procedimentos para controle do aperfeiçoamento	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	Em andamento
Revisar e adequar o Regimento Interno do órgão, levando-se em conta a opinião dos diversos departamentos, visando contemplar as atividades do órgão que surgiram após a aprovação do regimento atual	Gabinete da P.G.J.	2010	2011	Em andamento
Instituir sistema de controle de entrada e saída de pessoas ao prédio da PGJ	Gabinete da P.G.J.	2011	2011	Concluída
Instalação de detectores de metais e de catracas nas dependências da PGJ e Promotorias com respectiva regulamentação de uso	Gabinete da P.G.J.	2011	2011	Concluída
Priorização da elaboração de sistema gerencial para a parte administrativa	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	Concluída
Criação de um fluxograma de processos e divulgação plena para orientação e não sobreposição de ações	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2012	Em andamento
Mensurar o tempo gasto nos processos, de forma a ampliar os resultados	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2013	Em andamento
Implantação de sistema informatizado que possibilite um banco de dados único para controle de contratos e processos que poderá ser acessado e alimentado pelos departamentos responsáveis pela gestão e execução das atividades a serem controladas	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	Em andamento

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Disseminação da prática de avaliação do serviço prestado ou produto adquirido entre os fiscais de contrato e setores envolvidos no processo de aquisição para acompanhamento efetivo da execução dos contratos e estrita formalização de qualquer descumprimento às obrigações contratadas	Departamento Administrativo	2010	2013	Em andamento
Criação e implementação de sistema de controle gerencial para orçamento e planejamento	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	Em andamento
Fazer uso racional do material de expediente	Departamento Administrativo	2010	2011	Em andamento



# Considerações Finais

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério Público, encarregado da defesa dos direitos constitucionais do cidadão, atua não só no sentido de garantir os direitos individuais, sociais e coletivos previstos no art. 5º da Constituição, mas também de ver preservados os princípios democráticos do Estado de Direito.

Além de tutelar direitos, cabe ao Ministério Público estimular a sociedade para que esta se organize cada vez mais e melhor e participe ativamente das discussões ligadas ao exercício da cidadania. Como sabemos, a existência de pressupostos legais é um ponto de partida, mas não garante, por si só, a efetivação de direitos. O MP funciona, nesse sentido, como articulador entre as garantias asseguradas por lei e a sociedade, papel que a cada dia torna-se mais evidente.

As iniciativas do Ministério Público do Estado do Tocantins apresentadas neste relatório demonstram a preocupação da instituição com o aumento da produtividade, com a otimização de recursos, execução orçamentária e financeira, buscando sempre o constante aperfeiçoamento de sua atuação finalística, melhores condições organizacionais, ampliação dos canais de comunicação, dentre outros mecanismos que contribuem para intensificar sua atuação junto ao cidadão tocaninense.

Como resultado destas ações, destacamos a execução de 99,09% do orçamento inicialmente previsto para o ano de 2011, graças aos esforços da Gestão na busca por recursos e na concretização das ações planejadas. A redução dos gastos com pessoal expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal é outro ponto que merece atenção, tendo diminuído sua Receita Corrente Líquida de 1,63%, em 2010, para 1,57% em 2011.

Como resultado do árduo trabalho realizado por integrantes da Instituição, foram instaurados 119.288 processos e publicadas mais de 6.000 matérias referentes a ações do MPE na mídia impressa e eletrônica, dando divulgação à atuação do órgão na imprensa local e nacional.

Da mesma forma, a inauguração de três novas Promotorias de Justiça, além do início das obras em duas outras e dos projetos para a construção de novas sedes em 2012 representam a prioridade na promoção de melhores condições do atendimento à sociedade, ampliando o acesso a seus direitos e às garantias asseguradas por lei.

Com esse intuito, esperamos que em 2012 possamos dar continuidade às conquistas iniciadas nesta gestão, dando seguimento às melhorias alcançadas e à superação de novos desafios que certamente surgirão.

# ORGANOGRAMA DO MPE I



# ORGANOGRAMA DO MPE II

Este livro foi composto na tipografia Myriad Pro 11/14 para o texto e Aldo 24/30 para os títulos, foi impresso no papel Couchê Fosco 170g/m<sup>2</sup> para o miolo e Triplex 300g/m<sup>2</sup> para a capa.





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO TOCANTINS**

202 Norte, Av. LO 04, Conjunto 1, lotes 5 e 6,  
Plano Diretor Norte, Palmas- TO, Cep: 77.006-218  
[www.mp.to.gov.br](http://www.mp.to.gov.br)